



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 9463/18 - DESESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0334/18	DATA: 16/05/2018	
LOCAL: Plenário 1 das Comissões	INÍCIO: 15h11min	TÉRMINO: 18h17min	PÁGINAS: 62

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

REIVE BARROS DOS SANTOS - Ex-Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL.
JOSÉ MAURO FERREIRA COELHO - Presidente em exercício da Empresa de Pesquisa Energética — EPE.
AMILCAR GONÇALVES GUERREIRO - Diretor de Estudos de Energia Elétrica da Empresa de Pesquisa Energética — EPE.
DORIVAL GONÇALVES JÚNIOR - Representante do Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB.
FABÍOLA LATINO ANTEZANA - Representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários — CNE.

SUMÁRIO

Debate sobre o futuro do setor elétrico no Brasil.
--

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens. Houve intervenção inaudível.
--



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Declaro aberta a 12ª Reunião Ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 9.463, de 2018, que dispõe sobre a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 11ª Reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

(Pausa.)

Dispensada a leitura da ata a pedido do Deputado José Carlos Aleluia.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Esta reunião ordinária foi convocada para, em audiência pública, debatermos o futuro do setor elétrico no Brasil, com a exposição dos Srs. Reive Barros dos Santos, ex-Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL; José Mauro Ferreira Coelho, Presidente em exercício da Empresa de Pesquisa Energética — EPE; Amilcar Gonçalves Guerreiro, Diretor de Estudos de Energia Elétrica da Empresa de Pesquisa Energética — EPE; Dorival Gonçalves Júnior, Representante do Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB; e Fabíola Latino Antezana, Representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários — CNE.

Convido os senhores a tomarem assento à mesa.

Antes de passar a palavra aos expositores, peço a atenção dos presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido aos expositores será de 10 minutos, prorrogáveis, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em tecer considerações deverão inscrever-se previamente na Secretaria.

Cada Deputado inscrito terá o prazo de 5 minutos para interpelar os expositores.

Tem a palavra o Sr. Reive Barros dos Santos para sua exposição.

Quem for fazer a apresentação, precisar de microfone e quiser ficar em pé pode ficar à vontade, esta Presidência o permite, de maneira que a apresentação seja a mais didática possível.



Quero agradecer a presença de todos, aos quais já cumprimento.

Passo a palavra ao Sr. Reive Barros dos Santos.

O SR. REIVE BARROS DOS SANTOS - Boa tarde a todos!

Cumprimento o Presidente da Comissão Especial, o Deputado Hugo Motta, e o Relator desta matéria, o Deputado José Carlos Aleluia.

Quero dizer da minha grande satisfação. Eu estou aqui como ex-Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, fui designado Presidente da Empresa de Pesquisa Energética — EPE, mas ainda não fui nomeado. Portanto, nós estamos aqui com o Presidente interino José Mauro.

Pretende-se fazer uma apresentação do futuro do setor elétrico. A EPE cuida da expansão do setor, portanto tem uma visão de futuro. E nós trabalhamos com os próximos 10 anos. É isso o que vai ser apresentado.

Inicialmente, vai ser dada uma visão macroeconômica. Essa visão macroeconômica permite visualizar a expansão da economia brasileira. Portanto, ao expandir a economia brasileira, é importante que haja uma oferta de energia suficiente para atender ao desenvolvimento do País. Trabalha-se com esses indicadores. E uma vez definida a necessidade da demanda, apresentam-se alternativas para atendê-la, tendo em vista que se define ou se indica a necessidade de geração nas diversas fontes. Além disso, uma vez definida a geração, define-se, evidentemente, o sistema de transmissão associado. Portanto, a EPE, na sua missão, tem o compromisso de fazer o planejamento elétrico e energético do País. E é isso o que vai ser apresentado neste momento.

Eu gostaria de, finalmente, me colocar à disposição. Caso haja necessidade de fazer alguma intervenção, nós faremos. Mas quero dizer que é uma satisfação muito grande. É uma oportunidade de mostrar a todas as senhoras e a todos os senhores a importância do setor elétrico brasileiro, a importância desse desenho estrutural do setor, a vitalidade do setor *vis-à-vis* os investimentos que serão feitos, diferentemente, por exemplo, se nós fizermos uma comparação com outro tipo de estrutura. Isso se deve basicamente à saúde financeira do setor e ao interesse do empresário nacional e internacional. Portanto, é importante esta apresentação na Comissão para dar uma visão efetiva de como funciona o setor elétrico brasileiro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Sr. José Mauro Ferreira Coelho para fazer sua apresentação.

O SR. JOSÉ MAURO FERREIRA COELHO - Boa tarde a todos!

Inicialmente, quero agradecer à Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 9.462, de 2018, na pessoa do Presidente, o Deputado Hugo Motta, pelo convite feito à Empresa de Pesquisa Energética — EPE para tratar do tema *O futuro do setor elétrico no Brasil*.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós vamos falar rapidamente do Plano Decenal de Expansão de Energia — PDE, que, em última análise, vai subsidiar as projeções que apresentaremos aos senhores; o cenário macroeconômico, que baliza as demandas que estamos vendo; a matriz elétrica brasileira atual e futura; as projeções de demanda elétrica; como nós vemos a expansão da geração de energia elétrica, bem como a expansão da transmissão; os investimentos para essa expansão, tanto da geração quanto da transmissão; e falaremos um pouquinho sobre os leilões de geração e os leilões de transmissão.

Então, primeiro, vou falar do Plano Decenal de Expansão de Energia. O PDE é um dos principais produtos da EPE. Como eu disse, é importante rapidamente falar do PDE, porque as projeções que serão apresentadas estão baseadas nesses estudos.

Só para que os senhores tenham uma ideia, o PDE reúne estudos anuais da EPE, em que nós apresentamos todo o crescimento econômico do País e a necessidade de energia para suprir essa demanda — não só energia elétrica, mas outras fontes energéticas, como petróleo, gás natural e biocombustíveis. É um documento público que está disponível no *site* da EPE.

Como nós vamos falar de crescimento de demanda e mostrar projeções, é importante que saibamos qual cenário macroeconômico a EPE está vendo que baliza esse crescimento de demanda.

O cenário macroeconômico da EPE é feito pela nossa própria equipe. Nós tivemos, em 2017, um crescimento do PIB de 1%. Para este ano, 2018, a EPE projeta um crescimento de 2,6% ao ano. E, no horizonte até 2026, que é o horizonte



do qual vamos tratar aqui, teremos um crescimento médio anual da ordem de 2,5% a 3%.

Falarei da matriz elétrica brasileira. Aqui temos alguns pontos importantes para tratar com os senhores. Primeiro, a nossa matriz, em 2017, tem uma capacidade instalada por fonte de 148 gigawatts.

Notem a importância, em azul, da geração hidráulica, das hidrelétricas, com 69%. Temos uma participação importante também da biomassa. E ali, abrindo um parêntese, a biomassa é muito proveniente do bagaço de cana.

Outro ponto importante é uma participação bastante significativa da fonte eólica, aproveitando o potencial dos ventos na matriz elétrica brasileira em 2017. E temos ainda participações menores de energia nuclear, gás natural e derivados de petróleo.

Quando olhamos esta matriz elétrica para 2026, vemos um crescimento de 148 gigawatts para 213 gigawatts e vemos algumas mudanças bastante importantes, como a redução da participação da fonte hídrica — isso muito por conta de algumas dificuldades para implementação de novas hidrelétricas.

É importante ressaltarmos que os grandes potenciais hídricos do Brasil se encontram na Amazônia. E aí se tem uma dificuldade de licenciamento ambiental, entre outros fatores.

Vemos ainda um crescimento bastante significativo da energia eólica, de 7% a 13%, e também da solar, que quase não tem participação em 2017, mas que passa a ter grande relevância na matriz de 2026.

É importante ressaltar que, com o crescimento da eólica e da solar, nós temos, na matriz elétrica brasileira, fontes intermitentes e temos que ter outras fontes energéticas para regular ou para oferecer energia nestes momentos de intermitência da energia eólica e solar. Temos ali 6% de uma demanda alternativa para a ponta, para atendermos a estes momentos de demanda máxima, mas que, na verdade, é indicativo — nós não definimos ainda o tipo de fonte — de que seja, muito provavelmente, térmica.

Vou avançar um pouco mais falando como a EPE vê o crescimento da demanda de energia elétrica no País. Na área em cinza, nós mostramos a carga de energia em megawatts médios. Em 2017, houve algo em torno de 67 mil megawatts



médios para 92 mil megawatts médios em 2026, ou seja, haverá um crescimento de oferta, no Sistema Interligado Nacional, de aproximadamente 2.800 megawatts médios por ano. Quando nós falamos de demanda máxima, aquela demanda de pico, tivemos, em 2017, algo em torno de 88 mil megawatts e projetamos, para 2026, algo em torno de 120 mil megawatts.

Com este eslaide, quero mostrar aos senhores o que nós já temos de oferta existente e também de oferta contratada, como vemos a evolução da carga em dois cenários. Então, primeiro, na área em cinza, temos aquela oferta de energia elétrica já existente e aquela que já está contratada a partir dos leilões de energia. São 79.435 megawatts médios, em 2017, e o que já está contratado, 82.515 megawatts médios, em 2026.

Para a carga de energia, nós temos ali dois cenários. O cenário em azul é o de referência, com o crescimento da demanda de energia elétrica em algo em torno de 3,7% ao ano. E temos na curva em laranja um cenário alternativo, com um crescimento maior da demanda de energia elétrica, algo em torno de 4,2% ao ano.

Notem que, quando nós analisamos a curva azul, vemos lá uma carga da ordem de 92.447 megawatts médios frente a 82.515 megawatts médios já contratados. E, quando analisamos a curva laranja, vemos uma carga, em 2026, de 97.399 megawatts médios, com uma oferta já contratada de 82.515 megawatts médios, ou seja, neste horizonte até 2026 nós temos um espaço, com algo em torno de 10 mil a 15 mil megawatts médios, para ser contratado nos leilões de energia, para atender a esta demanda que vemos no futuro. Isso se tratando de Ambiente de Contratação Livre, bem como de Ambiente de Contratação Regulada.

Como é que nós vemos a expansão de geração? É importante ressaltar que a expansão de geração, nos Planos Decenais de Expansão de Energia, é uma expansão indicativa, não é determinativa. Então, nós mostramos aqui uma expansão que chega, em 2026, à ordem de 40 mil megawatts.

É interessante ressaltar estes três pontos que estão à direita do eslaide. Nós temos importantes restrições à expansão hídrica, com grandes reservatórios, pelos pontos que já elencamos aqui, pois os grandes potenciais hídricos, na Amazônia, e os grandes reservatórios têm todo um problema relacionado a impactos ambientais.



Vemos uma predominância de geração renovável. Notem a participação crescente da eólica, em laranja, em 2026, bem como de solar, em amarelo.

Outro ponto importante, como já falamos, é que, como nós temos um crescimento muito grande das fontes intermitentes eólica e solar, há uma necessidade de contratação de oferta de energia para suprir serviços específicos, como, por exemplo, flexibilidade operativa entrando no momento das intermitências da eólica e da solar.

Isto aqui é só para mostrar para os senhores a participação das fontes na matriz elétrica até 2026. Em azul, temos a fonte hidráulica, e o que vemos é uma diminuição da participação da hidráulica; em verde, as fontes renováveis, Pequenas Centrais Hidrelétricas — PCH, eólica, solar e biomassa. Então, notem um aumento da participação das fontes renováveis na matriz brasileira. Embora o Brasil já tenha uma matriz elétrica extremamente limpa, caminhamos para uma matriz ainda mais limpa. Vemos em cinza a matriz térmica e em amarelo a alternativa para ponta, como já comentamos.

Vou falar agora da expansão da transmissão. Temos as linhas de transmissão e subestações necessárias para escoar a oferta de energia elétrica. Ao analisar as linhas de transmissão em quilômetros, observamos que, em 2016, tínhamos um total de aproximadamente 135 mil quilômetros de linhas de transmissão. E a nossa expectativa, para 2026, é de termos algo em torno de 197 mil quilômetros de linhas de transmissão, um crescimento de 46% no período considerado.

Quando falamos de capacidade de transformação em MVA relacionada às subestações, nós temos, em 2016, algo em torno de 333 mil MVA e esperamos, para 2026, 532 mil MVA, um crescimento da capacidade de transformação do País em subestações da ordem de 60%.

Os investimentos, na verdade, necessários para esta expansão que nós estamos verificando será tanto de geração quanto de transmissão. Mas será, primeiro, em investimentos de geração.

Em azul, temos aquela expansão já prevista e também aquela já contratada, tanto no Ambiente de Contratação Regulada como considerando aí o Ambiente de Contratação Livre; e, em laranja, aqueles investimentos de expansão indicativa, previstos no nosso Plano Decenal de Expansão de Energia.



Notem que os investimentos previstos em azul, em todo o período, somam algo em torno de 67 bilhões de reais, e os investimentos indicativos em geração, em laranja, somam 174 bilhões de reais; ou seja, nós temos um total de investimentos, em geração de energia elétrica no Brasil da ordem de 241 bilhões de reais, mostrando a pujança do setor elétrico nacional — isso só em geração.

Se nós olharmos para transmissão, os investimentos também são bastante significativos. Investimentos estimados em linha de transmissão são 78 bilhões de reais e, em subestações, 41 bilhões de reais, totalizando investimentos no setor de transmissão de 119 bilhões de reais.

Se pegarmos os investimentos em geração mais os investimentos em transmissão, temos um investimento total do setor em geração e transmissão, no período até 2026, totalizando 360 bilhões de reais; ou seja, uma média de 36 bilhões de reais por ano.

Já vou caminhar para o fim falando um pouquinho dos leilões de geração. No País, a oferta de energia elétrica é feita através de leilões de energia. Para os senhores terem uma ideia, desde 2005 a expansão da geração de energia elétrica, via leilões de energia, contemplou a contratação de 1.167 projetos, com uma capacidade de 90 mil megawatts, representando hoje 57% da matriz elétrica nacional. Foram, ao longo desse tempo, 39 leilões de energia elétrica.

Vejamos os leilões mais recentes de geração de 2017. Nós temos o Leilão A-4 e o A-6, de 2017. À esquerda, mostramos os preços-tetos e o preço de contratação do Leilão A-4, indicando um grande deságio na hora do *bid*, o que leva realmente a toda uma modicidade tarifária, ou seja, ofertar para o consumidor energia de forma mais barata. Notem principalmente o deságio da fonte eólica em que, no A-4, chegou a 61% e, no A-6, chegou a 64%, sendo contratado algo em torno de 98 reais o megawatts-hora.

Houve agora, em 2018, um Leilão A-4 para ofertar energia em 2022. Temos aqui um resumo dos projetos vencedores, com a participação muito grande da solar fotovoltaica. Houve uma oferta total de energia de 1.024 megawatts e 39 projetos vencedores. Todas essas informações são públicas e estão disponíveis no *site* da EPE.



E teremos agora, no dia 31 de agosto de 2018, o Leilão A-6 para entregar energia em 2024. Nós já temos aí um total de 1.080 projetos cadastrados na EPE para possível habilitação, para concorrer à habilitação e posteriormente ao leilão. Novamente, uma grande quantidade de projetos de eólica, totalizando algo em torno de 58 mil megawatts de energia.

Vou concluir falando dos leilões de transmissão. Teremos agora em 2018, no dia 28 de junho, um leilão de transmissão de 24 lotes, totalizando 60 empreendimentos em 18 Estados do nosso País. São cerca de 4 mil quilômetros em linhas de transmissão, que serão ofertados por leilão. E são cerca de 14 mil MVA de capacidade de transformação em subestações, investimento estimado na ordem de 9 bilhões de reais.

Aqui detalhamos um pouco este leilão por região: Norte, Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Sudeste. Vejam aí grandes investimentos tanto no Norte quanto no Nordeste.

Teremos ainda um leilão de transmissão, no segundo semestre de 2018, em data ainda não definida, para o qual, pelo porte dos projetos e pelo portfólio desses projetos, estimam-se investimentos na ordem de 7 bilhões de reais.

Portanto, era esta a nossa apresentação, de acordo com o que foi pedido a nós por esta Comissão Especial, para este projeto de lei, a fim de falar sobre o futuro do setor elétrico brasileiro.

Mais uma vez, quero agradecer à Comissão, na pessoa do seu Presidente, o Deputado Hugo Motta, por esta oportunidade dada à Empresa de Pesquisa Energética. Estaremos abertos para responder a possíveis perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Sr. José Mauro pela apresentação. Lembro que o Sr. José Mauro fez a apresentação em nome dos membros da Empresa de Pesquisa Energética.

Agora passo a palavra ao Relator, o Deputado José Carlos Aleluia, e, em seguida, terão a palavra os Deputados aqui presentes para os questionamentos. Depois, ouviremos os demais palestrantes.

Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Primeiro, quero saudar o engenheiro José Mauro Ferreira Coelho pela clareza e pela simplicidade da sua exposição.

Fui um dos que trabalharam para que a Empresa de Pesquisa Energética — EPE tivesse uma visão de engenharia e, é claro, uma visão de economia. O meu querido amigo Reive sabe disso. Deixei claro para o Ministro que não se trata apenas de um problema microeconômico ou macroeconômico, trata-se também de um problema de engenharia com engenharia econômica.

Portanto, fico muito gratificado ao ver a qualidade dos funcionários que a EPE tem, representados pelo senhor. Isso, para mim, é motivo de muito orgulho, porque fui funcionário de empresa estatal e sempre prezei por isso. Para qualquer empresa, o valor dela está nas pessoas. Então, o senhor fez uma boa apresentação.

Quero fazer-lhe algumas perguntas. Eu não notei nenhuma observação sua com relação à disrupção tecnológica no consumo de energia elétrica, que é uma coisa que me preocupa muito. O futuro não será a continuação do passado. Da sua curva, tenho a impressão de que estamos trabalhando com a ideia de que o futuro será a continuação do passado.

No caso da energia elétrica, quero que o senhor comente, quando tiver oportunidade, de que forma vocês estão considerando a ideia de que vai haver um grande deslocamento de consumo da área de hidrocarbonetos, sobretudo na área de transporte, porque, na área de transportes, o uso de energia elétrica vai crescer muito. E eu não percebi nenhum comentário sobre isso.

Eu também não tenho percebido nenhum comentário do setor com relação à geração distribuída. No próprio *site* do ONS, quando eu olho as cargas, não aparece nenhuma menção à geração distribuída.

Nós temos que começar a considerar a geração distribuída, que, se levada em conta no planejamento da EPE, poderá gerar uma produção, que hoje é pequena, crescente de eletricidade, sobretudo se o Congresso não permitir que a distribuidora destrua a legislação inovadora existente no Brasil hoje na área de Geração Distribuída — GD.

Eu também gostaria que vocês comentassem de que forma estão encarando essas duas tendências: a tendência do uso crescente de energia elétrica em



transportes e em outras áreas e a tendência da geração distribuída, que é irreversível, sobretudo com os preços praticados no mercado brasileiro.

Em minha residência eu pago 800 reais, ou mais, de energia. Quando o Governo joga a bandeira, o meu bolso fica embandeirado. Então, é evidente que, se eu tivesse um pouco mais de sabedoria e tempo, já teria saído desse mercado, pois não é bom o que acontece normalmente nele. Eu gostaria de ouvir os comentários de vocês sobre isso também.

Já que o senhor está bem acompanhado, o seu companheiro pode responder. Todos são qualificados para responder.

O terceiro comentário que eu gostaria de ouvir é sobre a energia nuclear. O Brasil tem boa experiência com a energia nuclear. Há duas plantas respondendo sempre melhor do que a placa dizia, tanto a 1 quanto a 2, e, no meio do caminho, há a 3. O Congresso está se debatendo, inclusive, com a questão da 3, porque uma medida provisória que corre em paralelo com a nossa lei estabeleceu uma decisão com relação às tarifas voltadas para resolver as pendências existentes entre o financiador BNDES e a ELETRONUCLEAR. Eu queria ouvir um pouco sobre isso.

Um amigo meu, que é amigo de Reive também, não me deixa esquecer nunca dessa questão. Ele faz consultoria para a ELETRONUCLEAR e, de vez em quando, quer botar as nucleares no Nordeste, sobretudo.

Então, como todo político tem medo de energia nuclear, pois pensa logo em bomba, as duas usinas nucleares do Brasil entraram em operação sem a presença do Presidente, que ficou com medo de associarem o seu nome ao átomo.

O outro comentário que faço é sobre o modelo de cálculo de custo de energia produzida. Não é justo que se comparem alhos com bugalhos. Hoje no Brasil estamos comparando alhos com bugalhos.

Quando olhamos a curva de carga e de geração do Brasil — o que já virou uma psicose minha, pois eu faço isso diariamente —, verificamos que a energia eólica no Nordeste gera, em alguns dias, na madrugada, 6.000 megawatts médios, mas, ao meio-dia, esse valor cai para 1.500 megawatts médios. E quem fica doido atrás disso são as hidroelétricas e as térmicas. As térmicas, é claro, têm uma resposta mais rápida, pois as turbinas respondem mais rapidamente, mas as



hidroelétricas respondem também. Então, há uma intermitência das fontes, pelas quais nós somos apaixonados. O sol é intermitente claramente quando se põe.

Por incrível que pareça, no Nordeste, o sol é menos intermitente nas áreas de grande solarimetria do que o próprio vento, embora os ventos do Nordeste sejam bons. Então, se nós fizermos leilões apenas com base no custo da energia, vocês nunca mais vão fazer PCH. Isso está acontecendo há vários anos com o Governo, que não faz PCH porque não dá para comparar PCH com eólica nem com solar. Não dá para fazer essa comparação! A PCH tem outras características; a PCH responde. É claro que não há regularização mensal, mas há uma estabilidade — uso a linguagem que nós todos estudamos na escola — que é fundamental tanto às hidroelétricas convencionais quanto às PCHs, que estão sendo, de certa forma, excluídas.

O Governo deu um surto, e nós colocamos as PCHs no PROINFRA. A D. Dilma espantou as PCHs, num primeiro momento, e, depois — vocês devem ter aberto os olhos dela —, houve uma crescidinha. No fim do Governo passado, e no atual Governo, as PCHs têm sido espancadas, têm sido esquecidas. E, da maneira como está sendo feito, ninguém vai construir, porque os preços de produção de energia elétrica para a PCH, comparando quilowatt-hora com quilowatt-hora, não vão competir mais com a solar, não vão mais competir com nada, sobretudo porque os *lobbies* de meio ambiente ainda não descobriram um meio de atrapalhar a eólica e a solar, mas eles vão encontrar, podem ter certeza.

Na PCH, para tirar uma licença no Estado de Minas Gerais, você tem que ser um acrobata da burocracia. Não entre porque é impossível. Só a CEMIG, que tinha o Governador ao lado e é uma empresa muito boa e organizada, conseguia fazer algumas PCHs, o que não era nem especialidade dela. A empresa fazia porque o Governo queria investir.

Portanto, eu gostaria de ouvir comentários sobre essa fonte de rede e como vocês estão pensando em modelar isso. Tem que haver modelagem! Vocês poderiam pegar um professor de uma boa faculdade para fazer essa modelagem. Eles adorariam fazer isso. O problema é calcular o valor, porque não posso comparar o preço da banana-da-terra, da qual gosto muito, com o preço do morango, pois são coisas totalmente diferentes.



Eu acho também que nós temos que tomar cuidado, porque o Brasil está virando uma rede só. A China não é uma rede só. A China tem duas *grids*. Então, eu acho que nós deveríamos começar a pensar em ter ilhas. Não podemos ter um sistemão que se interligue de tal forma que não se saiba onde um acaba e o outro começa.

Os meus opositores aqui fazem muita questão de dizer que quem desligou o último apagão foram os chineses. Eles não têm nada a ver com isso, mas, evidentemente, a malha está ficando muito complicada, e eu acho que temos que definir um modelo que talvez se assemelhe um pouco mais ao modelo europeu e a um modelo de ilhas, para não haver uma supertransmissão. Nós temos uma *overdose* de transmissão.

Eu cheguei a ouvir de um especialista que a ideia era fazer um bloco de produção de energia eólica no Nordeste com bipolo. Nós temos que tomar cuidado com essas coisas, porque não é bem assim. É claro que há um sistema de controle muito moderno, mas nós não fomos felizes no alívio de carga no último desligamento de energia: a transmissão era do Sul e derrubou o Nordeste. Foi uma coisa muito complicada.

Nesse sentido, quero ouvir também um comentário sobre como vocês estão pensando fazer a inteligência do sistema. O sistema mostrou que tem uma deficiência mental. Então, vamos ver como vamos tratar disso.

Nós estamos aqui discutindo a ELETROBRAS. Fui Relator e autor do substitutivo da Lei do CADE— eu e o Deputado Feldman, que era do PV na época — e houve alguns comentários que me provocaram: “*Ah! A ELETROBRAS vai ter uma predominância na transmissão exagerada*”. Isso, em referência à ELETROBRAS privada. A ELETROBRAS pública ainda tem, e, com essa modelagem de corporação, vai ter uma predominância maior.

Eu, que conheço o sistema de *grid*, que sei como as empresas colocam sua linha na rede, não tenho tanta preocupação, mas eu gostaria que vocês explicassem como é que funciona.

No Brasil, infelizmente, na área de gás, as empresas ainda são donas da rede e fazem o que querem nela; as empresas ferroviárias são donas da ferrovia e fazem o que querem nela. E as empresas de transmissão fazem o mesmo? É essa a



pergunta que eu faço. Como é que isso é operado? Como é que nós vamos encarar essa questão de abuso de poder econômico? A ELETROBRAS trabalhará sob as regras da iniciativa e com um jogo em que ela entrará com um percentual muito grande da transmissão e com um percentual da geração que não chega a ser preocupante, sob o ponto de vista do domínio econômico, mas é de 31%, o que não é desprezível. Se eu não tivesse conhecimento da rede, de como ela opera, de como a ONS opera a rede, de como é feita a remuneração da rede, eu, certamente, estaria colocando no relatório a obrigatoriedade de a ELETROBRAS vender linhas de transmissão.

Por último: 360 bilhões de reais. Se a ELETROBRAS mantiver o sistema de cotas atual — que nós estamos tratando de mudar —, vocês seriam capazes de dizer quantos desses 360 bilhões... A ELETROBRAS, certamente, para não perder posição, deveria investir 120 bilhões. Está certo? Como é que ela iria buscar 120 bilhões para poder continuar tendo a participação de 30%?

Mais uma vez, agradeço e tenho a certeza, Sr. Presidente, de que esta é uma das reuniões de mais qualidade, em termos de pensar o futuro do setor elétrico. Eu fico muito satisfeito de estar aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Darei o tempo de resposta ao Relator e, em seguida, se algum dos Deputados presentes desejar fazer alguma pergunta — vejo aqui que o Deputado Arlindo Chinaglia está inscrito —, poderá fazê-lo ou poderá se manifestar no final das exposições dos outros dois participantes também.

O SR. JOSÉ MAURO FERREIRA COELHO - Primeiro, agradeço ao Deputado José Carlos Aleluia pelas ponderações. Eu acho que todas as perguntas aqui são muito importantes.

Se me permitirem o Deputado Hugo Motta e também o Deputado José Carlos Aleluia, eu vou fazer uns comentários e talvez o Dr. Reive Barros dos Santos e o Diretor Amílcar Gonçalves Guerreiro tenham alguma colocação a mais para fazer.

A primeira pergunta do Deputado José Carlos Aleluia foi em relação à ruptura da utilização da energia elétrica. V.Exa. quer saber como nós vemos isso, principalmente no setor de transportes.



Primeiro ponto: é claro que nós vemos uma disruptura na utilização de energia elétrica, de uma forma geral. Vemos também, ainda não entrando no setor de transportes, mas falando do consumidor mais preocupado com esse consumo de energia elétrica, talvez um controle pelo lado da demanda, e não pelo lado da oferta. É claro que isso também está relacionado a uma série de outros fatores, como, por exemplo, o preço de energia elétrica horária, tudo isso.

E em relação ao setor de transportes, nós temos acompanhado muito de perto isso. Há uma onda mundial, que certamente afeta o Brasil, em relação à eletrificação de veículos leves, os carros elétricos. Isso é levado em consideração nos estudos e nos planos da EPE — Empresa de Pesquisa Energética.

A posição da EPE em relação a vários estudos que ela faz — isso tudo está mostrado na oferta e demanda de energia elétrica — é como nós vemos essa parte de eletrificação do setor de transportes no Brasil. Nós temos que entender que o Brasil é um País que tem uma oferta muito grande de petróleo, que vai crescer cada vez mais. Por outro lado, importamos alguns derivados e temos também uma cadeia pujante de biocombustíveis, sobretudo de etanol. Então, quando nós falamos de transportes, temos que olhar tudo isso.

O que nós vemos em relação à evolução do setor de transportes é que nós temos, primeiro, no curtíssimo prazo, uma capacidade muito grande de ainda aumentar a eficiência nos veículos existentes — e, claro, hoje a grande maioria dos veículos são *flex-fuel*. Então, isso, no curtíssimo prazo.

No médio prazo, nós vemos muito o crescimento dos veículos híbridos no Brasil, aqueles veículos que têm o motor a combustão interna e também motor elétrico. E vejamos: nós não estamos falando de híbridos *plug-in*; estamos falando de híbridos não *plug-in*.

E acreditamos também, ainda no médio prazo, na entrada dos veículos híbridos *flex-fuel*, que possam ser abastecidos com etanol. Essa é uma vocação brasileira. A Toyota já vem trabalhando num carro dela híbrido com a tecnologia *flex*.

Num prazo mais longo, nós já vemos um avanço desses veículos para célula a hidrogênio movido a combustível, ou seja, é gerado hidrogênio no próprio automóvel, a partir do etanol, neste caso, para contemplar as potencialidades brasileiras.



E como nós vemos o carro puramente elétrico, aquele carro que nós vemos plugando na tomada? Nós vemos ainda muitas barreiras para a entrada de carros elétricos no Brasil: a infraestrutura de recarga que teria que haver; o preço do veículo; a questão de matéria-prima das baterias, tudo isso. Então, nós acreditamos que esses veículos são uma solução para a Europa, mas talvez não sejam uma solução total no Brasil.

Nós acreditamos que eles vão entrar, sim, mas em alguns nichos de mercado. Que nichos de mercado? Principalmente, em frotas de veículos públicos, táxis, ônibus nas grandes cidades, carros de aluguel, o *car sharing*. Então, nós acreditamos que eles vão entrar dessa forma.

E isso não impacta muito, pelas nossas projeções, a demanda de energia elétrica do Brasil. É dessa forma que nós vemos mais, como V.Exa. colocou, esse cenário de evolução e de disruptura do setor de transportes em relação à energia elétrica, que é contemplado não só na oferta e demanda de derivados de petróleo e biocombustíveis, mas também na energia elétrica. Então, esse é o primeiro ponto.

Não sei se o Dr. Reive quer fazer alguma colocação. (*Pausa.*) O.k.

Em relação à segunda pergunta do Deputado Aleluia, sobre a geração distribuída, a EPE contempla também nos seus planos a geração distribuída. Concordamos com a sua colocação de que há um potencial muito grande para uma geração distribuída, que é uma geração bastante importante, porque ela é pulverizada, que tem uma grande capilaridade. Isso é importante. E vemos, sim, o crescimento dessa geração distribuída.

É importante ressaltar também que, para essa geração distribuída se tornar uma geração mais massiva, entrar em massa, há necessidade também de nós construirmos redes inteligentes, *smarts bridges*, de modo que o consumidor possa não tão somente consumir energia, como também retornar energia para a rede. Isso é um desafio que é contemplado dentro dos estudos da EPE, que tem trabalhado fortemente em geração distribuída e também nessas necessidades, para que a geração distribuída seja implementada em longa escala no País. Certamente, nós aumentaremos a oferta de energia no País.



Terceiro ponto: V.Exa. tocou na oferta de energia a partir das térmicas nucleares. Hoje temos duas plantas, como V.Exa. bem colocou, Angra 1 e Angra 2, e temos o projeto de Angra 3.

Nós entendemos que todas as fontes de energia são bem-vindas. Elas são importantes para o País. Então, em momento nenhum há aquela prerrogativa da EPE de excluir a energia nuclear, embora, é claro, em relação a ela tenha que haver uma série de aspectos relacionados à segurança, que são importantes e que também são observados nas demais fontes de energia.

Em relação a Angra 3: quando nós pegamos o Plano Decenal de Expansão de Energia — PDE 2026, até para que nós pudéssemos simular a utilização dos nossos modelos, nós considerarmos que Angra 3 entraria só no fim do horizonte decenal, no fim do horizonte de 2026. Mas, é claro que nós temos uma discussão importante sobre Angra 3: devemos saber quando ela entra, como entra. Na verdade, devemos fazer com que ela aconteça, saber as tarifas que terão que ser pagas, tudo isso.

Quarto ponto: V.Exa. falou sobre a comparação de fontes energéticas, e, é claro, como é que nós fazemos para que determinadas fontes, que são importantes para o País, como as pequenas centrais hidrelétricas, possam entrar, mesmo tendo um custo que às vezes é maior do que o de outras fontes geradoras. E nessa comparação, muitas vezes, nós podemos não estar levando em consideração algumas outras potencialidades, ou alguns outros aspectos relacionados a políticas públicas e desenvolvimento regional.

Quero deixar claro, primeiro, como a EPE trabalha na expansão da geração. Nós temos um modelo, que nós chamamos de MDI — Modelo de Decisão de Investimentos, cuja função e objetivo é minimizar o custo total do sistema — é claro, com todas aquelas restrições necessárias para a segurança da oferta de energia no País. Então, numa rodada de referência, o que esse modelo vai me dar é realmente aquelas fontes de menor custo para o País, já considerando não só a oferta de energia, mas também os aspectos relacionados a custos de transmissão.

É claro que o modelo também pode trabalhar com algumas restrições, algumas imposições, vamos dizer assim, de políticas públicas e de incentivos a algumas fontes que o Governo e o setor achem importante. E aí, sim, podemos



expandir algumas fontes, como foi feito agora, por exemplo, com a energia solar fotovoltaica. Então, é importante isso.

Outro ponto importante é que a EPE tem hoje a preocupação de alocar as fontes energéticas conforme sua vocação e a região em que elas estão. Esse é outro ponto importante.

A quinta pergunta do Deputado Aleluia era a respeito de o Brasil ter uma rede só; de nós devermos ter redes mais regionalizadas e, talvez, essas interligações regionais, para uma possível exportação.

A respeito desse aspecto que o Deputado José Carlos Aleluia colocou nós tivemos hoje uma discussão com o Dr. Reive. Na verdade, uma das ideias da EPE é fazer alguns estudos justamente no sentido do que V.Exa. colocou: que nós pudéssemos ter alguns nichos regionais, ou seja, regiões que fossem autossuficientes em energia — gerassem aquilo que elas consomem — e que nós tivéssemos essas interligações regionais, para possíveis exportações ou importações de energia elétrica.

Então, esse é um tema sobre o qual nós acabamos de conversar. Faz todo o sentido o que V.Exa. colocou. Isso também está no nosso radar; nós estamos trabalhando nesse sentido.

O sexto ponto: V.Exa. colocou os aspectos relacionados à predominância da ELETROBRAS privada na transmissão e perguntou como isso ficaria em relação a ela ter esse grande percentual de transmissão na sua mão. Perguntou como ficariam os outros agentes nessa competição: se poderia haver ou não abuso do poder econômico.

Nós acreditamos que, neste caso, há uma necessidade muito grande também de nós aumentarmos a competitividade do setor, a transparência do setor, permitirmos que novos agentes entrem no setor de transmissão, para que tenhamos um setor mais competitivo, mais dinâmico, de modo que possivelmente isso leve à diminuição de preço e a uma competitividade maior do setor. E, obviamente, no nosso entendimento, isso passa por alguns aspectos relacionados à modernização do setor elétrico, que certamente levariam a esse mercado mais livre, mais pujante e mais dinâmico.



Por fim, V.Exa. falou dos 360 bilhões de reais de investimentos que nós colocamos em geração e transmissão.

Realmente, a participação da ELETROBRAS nesses investimentos, da ordem de 120 bilhões de reais, é grande. São investimentos muito altos, e nós vemos a necessidade de uma modernização, de uma capitalização da ELETROBRAS, de modo que ela tenha essa capacidade de investimento; que ela possa ser uma empresa com melhor governança, mais moderna, e possa diminuir custos de geração e de transmissão. Efetivamente, essa diminuição de custo chegará ao consumidor final, em especial ao consumidor residencial. Eu acho que isso é que é o mais importante.

Vou passar a palavra ao Dr. Reive e também ao Sr. Amilcar. O Sr. Amilcar inicia e o Sr. Reive encerra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente Nelson Marquezelli, gostaria de saber se ele vai fazer a exposição, uma vez que o Deputado Hugo Motta havia se disponibilizado também a fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Sim, se...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu acho que ele vai complementar a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Ele vai complementar a resposta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não vai fazer exposição.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Depois falará o Deputado José Carlos Aleluia e, logo em seguida, V.Exa.

O SR. AMILCAR GONÇALVES GUERREIRO - Boa tarde, Deputados. Boa tarde a todos.

Eu queria complementar a fala do José Mauro. Deputado José Carlos Aleluia, o que V.Exa. colocou, principalmente nos primeiros pontos, é da maior relevância e está na agenda não só brasileira, mas também na agenda mundial. Essas preocupações relativas a essa transformação pela qual passa o setor de energia



elétrica não é um privilégio nosso. Ela está acontecendo no mundo inteiro, com a entrada dessas fontes renováveis, com o crescimento da geração distribuída.

Na nossa apresentação isso talvez não tenha ficado tão claro por causa do horizonte. Como disse o José Mauro, nós temos tratado do veículo elétrico, mas há ainda dificuldades. Então, isso deve acontecer numa escala maior mais adiante.

A geração distribuída tem avançado muito. Ainda é preciso aperfeiçoá-la, sobretudo quando na questão regulatória, para permitir um avanço ainda mais importante. De qualquer forma, a oferta apresentada é a oferta que o sistema está enxergando, já descontada a geração distribuída.

Quanto à questão nuclear — também sou oriundo de FURNAS, empresa de energia elétrica de onde as nucleares começaram — eu vejo no futuro um papel relevante ou para nuclear, ou para outra geração térmica de base. Falo de térmica num nível do conhecimento de tecnologia que se tem hoje, com uma geração de base, mas, de novo, num horizonte adiante. Digo novamente que a questão nuclear está muito no horizonte.

Em relação ao cálculo do custo, o senhor tem toda a razão. Hoje os leilões já são feitos por fonte, e a demanda de cada fonte vai ser em função da demanda global das concessionárias e do cadastramento de projetos, ou seja, do portfólio de projetos que se oferecem para o leilão.

Tem-se feito essa repartição que compreende Pequenas Centrais Hidrelétricas — PCHs, energias eólicas e solares. Estou falando aqui só de renováveis. O outro objetivo é o de buscar a repartição de tal forma que possa ocorrer de fato a competição. Eu não posso concentrar numa fonte em que a competição seria menor. Procura-se privilegiar para que haja a competição.

Agora, o senhor tem toda a razão. Está na pauta da Consulta Pública nº 33, de 2017, o reconhecimento desses atributos. Talvez tenha passado batido, mas, na apresentação do José Mauro, quando nós falamos de alternativa de ponta, na verdade, estamos falando do custo do sistema e é para conferir à oferta uma capacidade de ser flexível para atender à demanda. Como o portfólio da oferta está sendo alterado, é preciso serviços que no passado não eram necessários precificar, porque as hidrelétricas prestavam esse serviço completamente.



Só para concluir, quanto à concentração na transmissão — essa parte de concentração acho que o Dr. Reive tem muito mais autoridade do que eu para falar —, quero notificar que anteontem nós recebemos lá na Empresa de Pesquisa Energética — EPE o pessoal da Terna. A Terna é o operador do sistema de transmissão na Itália. Na Itália, assim como em outros países, o transmissor é proprietário da rede, assim como aqui o senhor se referiu, por exemplo, ao transporte ferroviário e tudo mais.

Ele estava me contando que exatamente pelo aumento de geração renovável eles estão tendo uma demanda maior de investimento na rede, estão tendo que expandir a rede, inclusive é uma diretiva da União Europeia ampliar as interligações entre os países. Alguns países já são completamente integrados, e outros estão com uma diretiva de ampliar.

A transmissão é um serviço regulado. O agente de transmissão — eles até acham muito interessante haver vários agentes como nós temos aqui no Brasil — não é formador de preço, diferentemente do agente de gerador. A concentração na transmissão não é algo que preocupa tanto, diferentemente da geração em que um gerador grande pode ser fazedor de preço.

Enfim, essa a complementação que eu queria fazer.

O SR. REIVE BARROS DOS SANTOS - Eu também gostaria de fazer algumas complementações em cima dos sete pontos importantes questionados pelo Deputado José Carlos Aleluia.

Primeiro, na apresentação feita, nós nos preocupamos com a demanda final, e não com o tipo de consumo. O veículo elétrico com mobilidade é um tipo de consumo que estaria sendo considerado. Na questão de rotura, um item importante que não foi citado, mas está no nosso radar, é o armazenamento de energia. Com o armazenamento de energia e as fontes intermitentes, nós vamos conseguir dar uma estabilidade na geração de energia do sistema. Então, serve tanto para energia eólica quanto para energia solar.

O Deputado citou outra característica interessante. Permita-me fazer uma brincadeira: isso foi fruto de uma recaída de engenharia que teve neste momento, dada a formação de S.Exa. Na verdade, o importante é que nós estamos



trabalhando hoje com premissas do passado. Os resultados positivos e negativos que nós estamos vivenciando hoje são frutos do que foi previsto no passado.

Consequentemente, nós entendemos que é importante reavaliar e identificar onde existe espaço para melhorar.

Há 30 anos, nós precisávamos de 0,8 quilômetro de linha de transmissão para escoar um megawatt. Vinte anos depois eu precisava de 1 quilômetro de linha de transmissão para escoar 1 megawatt. Hoje, se nós fizermos a avaliação do PDE 2026, eu vou precisar de 1,1 quilômetro de linha de transmissão para escoar 1 megawatt. Por quê? Porque a estratégia foi maximizar a utilização de geração hidráulica.

Hoje a geração hidráulica se concentra basicamente no Norte, e era preciso grandes interligações para atender o mercado consumidor que se encontra no Sudeste. Portanto, a geração se encontra no Norte e o mercado consumidor se encontra no Nordeste. Daí o elevado volume de contratação do sistema de transmissão. Hoje nós estamos fazendo uma reavaliação. A situação do Nordeste ficou muito crítica, porque nesse desligamento que nós tivemos recentemente a carga atendida é do Sudeste, mas quem sofreu foi o Nordeste.

O que estamos querendo colocar em discussão é a autossuficiência energética das regiões, aproveitando todo o potencial do País. Há todo um potencial de energia eólica e solar no Nordeste, mas é preciso que haja fontes que venham a afirmar essa geração intermitente. Ao mesmo tempo, qual é o potencial de energia do Sudeste, do Norte e do Sul?

Se as regiões ficarem autossuficientes energeticamente, as principais interligações que temos hoje seriam secundárias, quer dizer, para situações eventuais. Na semana passada, houve um intercâmbio do Sudeste para o Nordeste na faixa de 5 mil megawatts para atender basicamente à intermitência das fontes eólicas.

A saída de uma linha dessas é um desastre para o Nordeste. Portanto, fica muito claro que aquelas premissas do passado, que, evidentemente, trouxeram frutos positivos, precisam ser reavaliadas. Essa é uma das missões que nós vamos reavaliar na época, no sentido de fazer com que as regiões fiquem autossuficientes energeticamente.



Outro aspecto importante é que todas as fontes que existem no País, dada essa característica e esse potencial de que nós dispomos, sejam incentivadas em face das suas características. Quais características importantes e externalidades que agregam valor da fonte de PCH? Isso deve ser considerado, para que sejam feitos leilões específicos que viabilizem o PCH. Quais características e externalidades das fontes eólica e solar?

É razoável fazermos a reavaliação de todo o potencial dessas fontes e leilões específicos que venham viabilizar essa fonte, tendo em vista maximizar a utilização do potencial no Brasil.

Outro aspecto interessante que o Deputado abordou diz respeito à questão tarifária. O desenho de tarifa feito no passado não se justifica hoje. Quando participava da revisão tarifária de empresas do Norte, o pessoal da Regional Norte me perguntava: *“Como é que a energia é produzida aqui e nós pagamos a energia num valor superior ao do Sudeste, principalmente, São Paulo?”* Ou seja, há alguma coisa errada.

Por isso, é preciso que façamos uma reavaliação do modelo tarifário — e quero registrar uma preocupação inicial do Ministro Moreira Franco. Em uma reunião aberta, inclusive com a participação da imprensa, um dos primeiros itens da pauta de debates foi o modelo tarifário. E ele determinou que EPE, ANEEL, ONS e CCEE fizessem uma avaliação primeiro da informação para que ela chegasse clara ao consumidor. Segundo, discutiu-se o que poderia ser feito, a curto e médio prazo, do ponto de vista do planejamento, da operação, do aspecto regulatório para que nós possamos colocar as tarifas num patamar para que o País saia da posição que ostenta hoje de quinta maior tarifa do mundo.

Essa foi uma determinação do Ministro. Foi formado um grupo. E, com isso, nós estamos trabalhando no sentido de apresentar alternativas para que possamos racionalizar a tarifa no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu serei rápido. Os senhores podem responder inclusive depois.



Eu me esqueci de abordar uma coisa que eu acho que o Brasil pode tirar vantagem por ter uma empresa como a EPE. Não vejo comentários do que seria um trabalho mais próximo da área de política industrial. É evidente que a energia solar, principalmente, está associada profundamente a uma política industrial. A política industrial da eólica não me pareceu que ficou muito clara, embora o Brasil tenha disseminado várias plantas solares pelo País afora. Talvez seja preciso que o Ministério da Indústria e Comércio e os senhores do Ministério de Minas e Energia trabalhem um pouco mais em cima dessa questão da política industrial. Se existe uma fonte crescente é preciso que haja uma política industrial para a fonte crescente.

Eu costumo citar a questão solar. Os americanos erraram na questão solar. Eles desenvolveram toda a tecnologia e deixaram que os chineses — aí é um bom discurso para os nacionalistas — comprassem as fábricas. Eles as fecharam, depois as levaram para a China e dominaram o mercado. Agora, eu vou ter que pegar a próxima onda tecnológica — o senhor lembrou corretamente — que muito terá a ver com o armazenamento.

Com relação aos leilões, além da competição da fonte, tem que se levar em conta os atributos que vocês mencionaram. Fico satisfeito de os senhores estarem tratando disso.

Quanto ao gerador formador de preço, também vou querer ouvir mais. Nós teremos um gerador que, embora tenha um controle estatal, terá uma participação importante no mercado. É um comentário difícil, mas nós estamos aqui para debater. Quero ouvir a opinião dos senhores sobre isso.

É só isso.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Na sequência, provavelmente, outros Parlamentares poderão ou não inclusive fazer considerações próximas daquelas que fez o Deputado José Carlos Aleluia.

Vou dar a palavra agora ao Deputado Paulão. Depois, voltarei a palavra para os expositores, a fim de que S.Sas. respondam em conjunto.



O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente Arlindo Chinaglia, quero cumprimentá-lo, bem como a Deputada Erika Kokay, o Relator, Deputado José Carlos Aleluia, e todos os expositores.

Inicialmente, eu gostaria de levantar uma questão concreta. Mesmo não sendo esta uma reunião ordinária, é uma audiência pública, a Ordem do Dia começou. Claro que não entra em conflito. Se esta reunião fosse de caráter ordinário, em que se tivesse matéria a ser votada, logicamente teria que ser levantada uma questão de ordem para suspendê-la, o que não é o caso.

Quero parabenizar os autores pela iniciativa desta importante audiência. O tema em debate é de conteúdo, tem um caráter muito técnico e de relevância. Quero deixar, de forma geral, duas questões para todos os expositores. A primeira trata da modicidade tarifária, que foi inclusive levantada pelo Dr. Reive.

A ELETROBRAS tem como pressuposto ser um agente moderador. A base de nossa energia é hidroelétrica, do ponto de vista do custo, em relação a outros modelos. No próprio processo que foi amortizado, ainda temos uma das tarifas mais caras do mundo, mesmo sendo uma empresa estatal.

Gostaria que os companheiros do sindicato, Fabíola, pudessem aprofundar o debate sobre esse assunto, porque ele tem a ver com a questão macro do ponto de vista industrial, comercial, residencial e rural.

Sabemos que energia é um insumo fundamental, ele tem um nível de competitividade, principalmente quando se tem insumo eletrointensivo, que está saindo do Brasil. Eu gostaria que isso fosse discutido.

Para finalizar, sendo objetivo e dando oportunidade para outras falas, a segunda questão é a seguinte: o Dr. Reive, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, define que no nosso modelo hidroelétrico, principalmente para o Nordeste, a parte Norte e o Sudeste, houve uma otimização técnica para diminuir o custo, no sentido de garantir a situação, que tem a ver com modicidade tarifária, para se ter uma visão estratégica do setor elétrico para o Brasil, pois energia é um insumo fundamental.

Isso foi feito por que houve uma decisão de Governo ao longo dos anos. Ao longo de décadas houve uma decisão de Governo para se fazer essa expansão. A última foi na parte da distribuição de energia. Quando o Presidente Lula assumiu,



havia resistência muito forte, inclusive da ELETROBRAS, em relação ao Programa Luz Para Todos, que é um programa com subsídio fortíssimo, atendendo a camadas que muitas vezes estavam dentro de um grau de pauperização, e o Governo chegou com energia na ponta. Se fosse uma iniciativa privada, dificilmente teríamos isso.

Estamos caminhando para um processo de privatização. A parte de distribuição nós discutimos. Geração, transmissão e distribuição dessa energia nesse programa social nenhuma empresa privada irá assumir no futuro.

É verdade que nós praticamente universalizamos a energia elétrica. No Estado de Alagoas — sou oriundo deste Estado, que é pequeno geograficamente, é o segundo menor —, 102 Municípios, a não ser que tenha havido alguma ampliação, modificação geográfica ou êxodo rural, que são variáveis, a energia foi universalizada. No norte do Estado ainda acredito que possa haver alguns nós.

Eu gostaria que os senhores pudessem se aprofundar nessa questão da distribuição, que é o grande gargalo.

Há também a questão estratégica. A PETROBRAS foi concebida para ser essa empresa que tivesse o papel de fazer o enraizamento e fazer toda a cobertura no Brasil. Isso será mantido, tendo em vista a iniciativa privada?

Já foi feito aqui e em outras audiências uma discussão por vários oradores. Quem está na expectativa de comprar o setor elétrico é o setor estatal italiano, o canadense e o chinês. No Estado americano, que tem como pressuposto na economia a visão liberal, é o Exército quem controla uma parte significativa do setor energético.

Dr. Reive, que foi Presidente da ANEEL, o senhor acredita e tem fé que a iniciativa privada vai manter essa questão estratégica para o Brasil? Ela vai manter programas sociais como o Luz Para Todos? Ela vai ter sensibilidade de fazer modicidade tarifária?

Seriam esses os meus questionamentos. Eu percebi que esta foi uma audiência de caráter muito técnico, mas colocamos elementos políticos para aprofundá-la. Afinal de contas, é a sociedade que paga.

O ideal seria nos aprofundarmos nesse tema. No entanto, hoje o Presidente ilegítimo e golpista Michel Temer apresentou um novo encaminhamento e esse processo que estamos discutindo será definido pelo Congresso Nacional.



Eu avalio que a correlação de força desta Casa se verifica por aqui. O Deputado Aleluia está presente; o Presidente se ausentou; a Deputada Erika Kokay e eu aqui já percebemos que está havendo um esvaziamento. Quem tem maioria nesta Casa é o Governo, não é a Oposição. É verdade que esta é uma audiência, não há matéria de caráter deliberativo, mas, de qualquer forma, é uma simbologia.

Houve uma mobilização de todo o segmento sindical, vários sindicatos fizeram isso, de forma destacada — puxando um pouco brasa para a minha sardinha —, do Sindicato dos Urbanitários de Alagoas. Sexta-feira eu tive a oportunidade de participar de um evento do Sindicato dos Eletricitários da Bahia, em Paulo Afonso, que tem um papel estratégico para a região, e a sociedade compreendeu a situação. Foi uma mobilização do movimento sindical.

A sociedade inclusive, em pesquisa qualitativa, rejeita essa privatização porque compreende que esse é um processo que lesa a Pátria. O Presidente ilegítimo está pagando a promissória do golpe. Ele tem o papel de fazer isso.

Eu deixo uma pergunta para os senhores técnicos que estão representando o Governo. Assim como Michel Temer vai colocar sua digital no processo para privatizar e entregar o setor elétrico na bacia das almas, os senhores vão colocar as suas digitais igualmente a ele? Fica a pergunta para o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Deputado Paulão, peço a V.Exa. que assuma a Presidência para que eu possa fazer a minha pergunta. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulão) - Concedo a palavra ao Deputado Arlindo Chinaglia, ex-Presidente da Câmara, quando aqui cheguei.

Senhores e senhoras, S.Exa. é uma das referências desta Casa, possui grande experiência. Este jovem de cabelos brancos, com sangue espanhol e português, costuma dizer uma frase que eu gosto de usar muito: *“O velho comunista grande se flexibiliza na tática, e não na firmeza dos princípios”*. Quando ele está irado, é um siri na lata.

Deputado Arlindo Chinaglia, como Presidente, é uma honra ceder este espaço para que V.Exa. faça a sua intervenção.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Obrigado, Presidente Paulão.



O Dr. Reive, na sua síntese inicial, disse que o sistema teria que estar preparado para a necessidade da demanda, que a SPE cuidaria naturalmente do seu ofício, que é o próprio planejamento. Disse ainda que a saúde financeira do sistema está intimamente relacionada com o interesse do empresariado. Se não foi exatamente assim, foi o eixo que eu identifiquei da sua exposição.

O Sr. José Mauro deu uma explicação do que é o Plano Decenal de Expansão de Energia, que é realizada pela ANA ano, analisou o cenário macroeconômico. A meu ver, ele foi bastante otimista ao prever taxas de crescimento neste e nos próximos anos — tomara que o senhor tenha razão. Forneceu-nos também dados da matriz elétrica brasileira e apontou que, especificamente, no que diz respeito à expansão hídrica, é cada vez mais difícil, como nos deu exemplos. Agora, portanto, continua a predominância da energia renovável, mas haveria um aumento das energias eólica e solar. E o senhor deu números: a hidráulica cairia de 69% para 56%; a eólica subiria de 7% para 13%; e a biomassa subiria de 4% para 8%.

Parte do que eu queria perguntar o próprio Sr. Reive comentou que foi encomendado um estudo e, portanto, um planejamento para haver modicidade tarifária, até porque no Brasil acontece o inexplicável.

Dado que a energia mais barata do planeta é a hidráulica, especialmente quando nós temos usinas amortizadas, o senhor mesmo disse — e com razão — que a nossa energia está entre as cinco mais caras do planeta.

Agora eu quero destacar que quem consegue fazer baixar a energia hidráulica no Brasil é o sistema ELETROBRAS. Quando ela entrou nos empreendimentos de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte, ela fez com que a tarifa pretendida de 140 reais por megawatt caísse para pouco mais de 70 reais.

Primeiro ponto. Eu não consigo entender como é que, ao se abordar o sistema e o planejamento — entendo perfeitamente que a função dos senhores não é a decisão política —, por mais capacidade que os senhores tenham e têm, tecnicamente falando, a equação não fecha. E não fecha pelos seguintes motivos. Como é que vendendo esse conglomerado responsável por 40% da energia brasileira, vamos conseguir fazer com que eles mudem, digamos, aquilo que é a sua essência — eu falo da iniciativa privada — para baixar a tarifa? É impossível.



Segundo ponto. Privatização. Nós estamos aqui em uma audiência pública discutindo o projeto de lei que privatiza o sistema. Estou tentando vincular as coisas. É da lógica do sistema privado, quando nós temos o Estado regulador — não se trata de escolhas ideológicas —, ter ou não ter autoridade para conter conflitos.

Quais são os conflitos envolvendo água entre os Estados em que a ANA teve que atuar mais duramente ainda em períodos hidrologicamente fracos? Isso foi explicado em detalhes, com riqueza de conhecimento, pelo ex-Presidente da ANA, o Sr. Vicente Andreu, num seminário que nós fizemos na Câmara Municipal de Franca, cuja região tem pelo menos seis barragens.

O que ocorre? O conflito das águas se agudiza quando a iniciativa privada toma conta do sistema, porque qual é o grupo privado que vai estar preocupado se na Capital paulista vai ou não faltar água? Se vai haver disputa, como aconteceu nos Estados do Nordeste? Onde a água parava, cada Governador queria que a água chegasse lá.

Terceiro ponto: monopólio natural.

É impossível uma empresa energética geradora dar prejuízo. É simplesmente impossível, porque, primeiro, é de consumo obrigatório; segundo, não há escolha. E, se não houver regulação do Estado, a tarifa vai explodir. Agora, vamos pegar a chamada descolatização, que nada mais é do que um contrato antigo. Bom, se der para qualquer um gerenciar o sistema dizendo *“aumentem a tarifa o quanto vocês quiserem”*, até eu sou capaz de gerenciar o sistema ELETROBRAS.

O que nos incomoda e muito é que o Governo não apresenta uma única proposta que não seja vender um patrimônio que garante o uso múltiplo de águas, que garante o equilíbrio quando há conflitos e que, digamos, nos coloca, mais uma vez, na contramão do mundo desenvolvido, porque China, Canadá, Estados Unidos, França, em todos, na maior parte, quando se trata de energia hidráulica, o controle é feito pelo Estado, inclusive na meca do liberalismo, que são os Estados Unidos.

Aliás, no Brasil, aplaudem-se muito as agências reguladoras. Pensam que estão copiando os norte-americanos. Não. Aqui, as agências reguladoras surgiram com a privatização. Lá nos Estados Unidos, as agências reguladoras foram exatamente o braço do Estado naquilo em que o Estado não tinha controle. Eu não



estou falando da possibilidade nem sequer de exemplos de agências reguladoras capturadas pelo poder econômico, porque há também.

Então, diante disso, com tanta gente que é do setor, que discute, que tem trajetória, não é razoável apresentar para a sociedade uma única proposta, trazer para o Congresso Nacional algo que os Deputados da base não têm coragem de defender. Ainda bem! Mostram que têm sensibilidade. Imaginem como ficará a CHESF na sua relação especificamente com os Estados que ela atende — e assim Furnas, ELETRONORTE, e assim sucessivamente.

Eu tenho clareza de que os senhores não têm responsabilidade quanto a essas decisões, mas o que eu quero, então, é que os senhores aproveitem a oportunidade para, quem sabe, nos apresentar alternativas que não ficam caracterizadas por questões óbvias, que sejam naturalmente a opinião dos senhores. Se quiserem, será ótimo!

Mas qual é a experiência no mundo que está dando certo? Das duas, uma. Porque, se vai descotizar, não seria muito melhor, então, calcular um prazo de 20 anos para descotizar, enquanto isso gerencia pelas mãos do Estado? Já houve aqui quem defendesse — eu diria com audácia bastante grande —, porque eu perguntei: *“Qual é a proposta para resolver?”* Qual é a equação única que o Governo apresenta? É a de que falta dinheiro para investimento. Então, vender um patrimônio que custa quase 400 bilhões de reais para ser construído por 12, por 20, por 30 é um crime contra o País. Eu não tenho dúvida alguma quanto a isso.

Eu quero finalizar chamando a atenção para determinados processos. Se alguém tem dinheiro para investir, se compra um patrimônio, vai continuar investindo ou não? Não! Já gastou o dinheiro que tinha para comprar o patrimônio. Por que um Governo, então, que acredita tanto na iniciativa privada, não procura fazer uma política de atração de capital privado para que se construam novas fontes de energia elétrica? Porque ninguém crê, porque não aconteceu isso em lugar algum. Alguém vem, compra uma empresa que já está amortizada, já tem energia barata. *“Bom, já que eu vou ganhar muito dinheiro aqui, eu também vou construir ali”*. Não existe isso.

Eu quero fazer outra e última pergunta. Eu sou médico. Então, aqui não é a minha área. Portanto, perdoem-me pela dificuldade de trazer agora um debate...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulão) - Mas V.Exa. como médico está fazendo um diagnóstico. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu só espero que não haja mata-burro na sinapse, porque é onde passa a energia elétrica do corpo humano no cérebro. Entendeu? *(Riso.)*

Mas eu quero indagar o seguinte: por que surge, agora, uma diferenciação entre lastro e energia? Se os senhores puderem explicar de maneira que até eu e outros entendamos, será muito oportuno. Eu só alcanço dizer que o lastro é aquilo que é a energia garantida. Daí para a frente, nada me segura do ponto de vista de eu ter segurança do que os senhores e o Governo querem com isso.

Com relação à tarifa, há três nortes com referência à energia elétrica: modicidade tarifária, acesso universal e garantia. Eu acho que com a proposta do Governo nada disso vai estar garantido.

Obrigado.

Eu me esqueci de dizer: muito bem-vindos aqui à audiência! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulão) - Agradeço ao Deputado Arlindo Chinaglia pela inteligência, pelo questionamento.

Vou passar a Presidência dos trabalhos, mas antes quero registrar — e os senhores sintam-se representados, pois eu vou ser corporativo —, em nome do setor elétrico, a presença do meu Presidente do Sindicato dos Urbanitários, companheiro Nestor, de Alagoas. Quero também cumprimentar o companheiro Raimundinho, que fez o convite para que eu pudesse ir para Paulo Afonso — o Raimundinho é da velha guarda — e o Nailor. Em nome deles, além disso, na mesa, sem dúvida alguma, cumprimento a Sra. Fabíola, que representa, com determinação e inteligência, as mulheres do setor elétrico. *(Palmas.)*

O Presidente é outro. Sai um de São Paulo, que era o Deputado Arlindo Chinaglia, e chega outro Presidente. Por favor, Presidente Nelson Marquezelli.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Desculpem-me. Nós precisamos correr, votar e voltar.

Já foi, Deputado Arlindo Chinaglia? *(Pausa.)* É votação nominal!

Então, eu concedo a palavra ao Sr. Dorival Gonçalves Júnior.

O SR. DORIVAL GONÇALVES JÚNIOR - V.Exa. me permite falar em pé?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Sim, à vontade.

O SR. DORIVAL GONÇALVES JÚNIOR - Eu quero cumprimentar o Presidente da Mesa e agradecer o convite.

Meu nome é Dorival e eu sou da Universidade Federal de Mato Grosso. Quero agradecer à Câmara por nos ter convidado aqui para fazer esta discussão, que eu acho extremamente interessante, até porque pediram para falarmos sobre o futuro do setor elétrico.

(Segue-se exibição de imagens.)

Falar sobre esse tema é bastante complexo. Eu suponho que ele exige que façamos muitas reflexões. Então, eu sei que eu não vou ter tempo para fazer isso, mas eu pensei que pudéssemos, primeiro, situar alguns aspectos fundamentais da indústria de eletricidade. Eu acho que essa é uma questão central, até porque, com um profundo respeito aos diretores da EPE, a abordagem que foi feita nos obriga a fazermos uma reflexão sobre isso, porque nós estamos falando de uma indústria fundamental de um Estado dentro de um território, especialmente de um território, considerando a geopolítica, que não tem esse poder todo. Então, acho que existem muitos outros aspectos que necessariamente devem estar implícitos, ligados e combinados para a discussão da indústria de eletricidade.

Outra questão sobre a qual eu também gostaria de tentar falar é como a indústria brasileira chegou. Quais são as suas características? Acho que partimos de premissas estabelecidas e saímos discutindo sem fazer um debate sobre as características dessa indústria na sua totalidade, seja pela sua matriz, seja por seus aspectos físicos, tecnológicos, econômicos, sociais, políticos e geopolíticos. Eu acho que isso é uma questão central para caracterizarmos, inclusive, o momento.

Eu, por exemplo, venho estudando a indústria de eletricidade há algum tempo e vejo que ela tem um movimento. A indústria de eletricidade tem um movimento que decorre de uma série de acontecimentos que são internos e externos. Não dá para pensar, por exemplo, a transformação que teve a indústria de eletricidade nos anos 90 sem pensar em tudo o que ocorria mundialmente, sem pensar em todas as relações que aconteciam nos anos 90, numa profunda reestruturação das cadeias produtivas e de infraestrutura, e, entre elas, entrava a indústria de eletricidade.



É até para recuperar aqui, pois foi feita a discussão sobre a tarifa, que eu acho uma questão central. Esse é o momento em que politicamente se muda a concepção da organização das tarifas, que vinham pelo custo do serviço mundialmente, e passam pela metodologia *Price Cap*, que é o processo que nasce na Inglaterra, nos anos 80, no Governo Margaret Thatcher, e que, portanto, têm outra reconfiguração para a cadeia produtiva.

Eu acho impossível discutirmos o futuro sem esses antecedentes, sem compreender esse contexto. Como eu posso pegar tendências sem conhecer o contexto e os antecedentes? Preocupa-me muito até pela posição da empresa, que é uma empresa de pesquisa energética, fazer uma leitura quase linear do processo sem essa discussão toda. Com um profundo respeito a todos, nós estamos falando de uma questão do Estado brasileiro, e, como brasileiros, nós não podemos nos omitir de fazer essa discussão.

Por último, então, eu falarei aqui sobre as disputas e as tendências presentes na indústria de eletricidade.

Eu vou deixar isso aqui de fundo. A minha apresentação está aqui. Boa parte do material que eu uso é da própria EPE. Os senhores são uma fonte de dados importante, de boa parte dos dados.

Mas eu, inicialmente, quero colocar um aspecto fundamental sobre a eletricidade. Nós não estamos falando de um setor como se estivéssemos falando do setor da educação ou da saúde. Nós estamos falando de uma indústria, porque a eletricidade, antes de qualquer coisa, é comercializada como um produto. Portanto, uma questão central é como se vai articular tarifa depois. Discutir isso aqui é uma questão central.

Mais do que isso, ela é uma indústria extremamente complexa. Pensem bem. Enquanto mercadoria, a eletricidade não está na natureza assim. Nós temos que ir à natureza buscar certos elementos da natureza com tecnologias, com conhecimento técnico, com organização técnica do trabalho, para então transformar algo da natureza em eletricidade — transportar, distribuir e fazer o uso final. Olhem que imensa e complexa cadeia produtiva se forma para fazer isso! Então, nós não podemos pensar nisso sem conhecimento científico, sem desenvolvimento tecnológico. Não podemos pensar nisso sem processos industriais, como foi



discutido aqui. Não há como pensar nisso sem, por exemplo, a manutenção do desenvolvimento e do conhecimento na região. É uma articulação extremamente complexa. E não vejo como pensar em tudo isso sem pensar na geopolítica.

De quais elementos da cadeia produtiva de eletricidade encontramos a origem feita nacionalmente? Nós não fazemos um diodo no território brasileiro, o componente eletrônico mais simples. Então, vejam que isso não está discutido neste documento que tenta projetar qual é o futuro do Plano Decenal de Energia no País. Isso é algo que, com um profundo respeito aos diretores da EPE, nos coloca de uma forma subordinada mundialmente com uma concepção dessas ao discutir desse jeito.

Então, essa é uma questão que eu acho central. Em princípio, eu colocaria que nós temos que incorporar isso à nossa discussão, até porque, nesse momento em que nós procuramos reestruturar totalmente de novo a indústria, ficamos na discussão, muitas vezes simples, do seguinte: *O Estado é incompetente para gerir? O Estado é menos produtivo, é menos eficiente?* Fazemos isso com palavras e categorias que não têm formalizado qual é o sentido delas. Com o fato de discutirmos se o Estado é menos eficiente ou mais eficiente, acabamos não formalizando o que está em jogo.

Então, neste momento em que nós estamos aqui fazendo uma profunda alteração na indústria de eletricidade no Brasil de novo, porque nós começamos nos anos 90, e isso vem em processo — a escala agora se coloca de outra maneira —, penso que há a necessidade de pensar no futuro e incorporar essas questões, os aspectos políticos, sociais, econômicos e geopolíticos fundamentalmente, que também não são discutidos.

Portanto, quando vamos caracterizar a indústria de eletricidade brasileira, eu acho que temos que ver que nós vivemos em um território cujas características físicas são extremamente privilegiadas para produzir eletricidade, vide as nossas bacias hidrográficas; vide a expansão da indústria sucroalcooleira com o etanol, combinando com o ciclo das águas; vide a questão solar como complementariedade; vide a própria eólica como complementariedade da hidrelétrica. Então, nós vivemos em um território que, do ponto de vista físico, é inigualável. Não bastasse isso, do ponto de vista das tecnologias, nós já temos um parque desenvolvido. Temos a



Bacia do Paraná, com o grande Paranaíba, a do Uruguai, a do São Francisco, a do Araguaia-Tocantins.

Está na apresentação. Eu estava vendo que, no dia de ontem, nós estávamos com mais de 60 dias de energia nos reservatórios, se não entrasse mais nenhum litro de água dos rios, quer dizer, se os rios, anteriormente, secassem, algo que é impossível de acontecer.

Essa característica faz com que precisemos ser destacados, porque isso evidencia aquilo que já foi colocado aqui. Como nós, com uma matriz de eletricidade com essa qualidade, temos as tarifas mais altas do mundo? Aí nós temos que voltar aos anos 90, quando começamos o processo de reestruturação da indústria de energia elétrica, de um modo geral da indústria de infraestrutura mundial.

Nos anos 90, o que fizeram antes de iniciar o processo de privatização? Eu nem chamo de privatização. Eu digo que houve um momento de mudança da propriedade patrimonial da indústria. Então, naquele momento, o que sucedeu? A primeira coisa que fizeram foi colocar a tarifa brasileira — e isso foi feito ainda, na época, pelo DNAE, Departamento Nacional de Águas e Energia — num patamar que praticamente a fez ficar internacionalizada. A partir dali, começou o processo de privatização, e, nos contratos de concessão das distribuidoras, implantou-se a metodologia *Price Cap*.

Então, eu penso que um documento que vá discutir o futuro do setor elétrico e que pretende discutir modicidade tarifária tem que discutir como se define a tarifa. É necessário explicar no documento o que é a *Price Cap* hoje exercida, por exemplo, num ambiente de contratação regulado e que se estende para o ambiente de contratação livre. Por exemplo, os projetos são feitos pela EPE, que os contrata de empresas de consultoria. Aliás, empresas de consultoria que depois podem, pela lei, vir a participar das licitações. Ou seja, as empresas de consultoria que são contratadas por aqueles que depois vão participar das licitações definem o preço dos projetos. Elas definem o preço-teto do projeto, definem o investimento do projeto. E mais: desse investimento nasce... Portanto, quem ganha? Aquele que vender pelo menor valor. Ali já existe todo um arranjo, como verificamos, que vai sendo montado.



Nós temos que resgatar que a indústria nasce nesse período praticamente sob o domínio do sistema financeiro, que faz uma arquitetura para assegurar que ele tenha menores riscos quando financia.

Aliás, quando eu falo que financia é até importante dizer algo sobre o que tem sido colocado sobre a ELETROBRAS, ou seja, que ela não tem capacidade de investimento. Olha, vamos parar com essa conversa de que a ELETROBRAS não tem capacidade de investimento. Nada mais falso no capitalismo presente do que imaginar que o investidor tem o dinheiro dele. O dinheiro é outra mercadoria, que faz parte dos investimentos. Aliás, é nesse período que surgem os projetos, principalmente os de infraestrutura, pelo modelo *Project Finance*, o modelo com o qual eles têm que provar que são autossustentados. Então, o dinheiro faz parte, é uma parte fundamental do custo da tarifa. Dali já começamos com os projetos, que antes fazíamos com preços menores — nem tanto, mas menores —, porque eram custos dos serviços. Agora os projetos passam a ser comandados pelos próprios empreendedores e pelo próprio sistema financeiro.

Vejam que ali também há um modelo, que está umbilicalmente vinculado ao sistema financeiro, porque quem ganha um projeto como esse ganha 30 anos de fluxo de caixa. Ao ganhar 30 anos de fluxo de caixa, pode trocar com o sistema financeiro. Portanto, ele cria dinheiro novo para o próprio sistema financeiro.

É necessário entender isso. É isso o que está em jogo aqui, é a manutenção disso tudo. Boa parte da sociedade não discute isso, e isso não está nos documentos de governo, até porque a EPE não foi criada para isso. Ela foi criada apenas para — está textualmente colocado lá — fazer um planejamento indicativo ao mercado. O mercado é que vai dizer. Então, ela não tem essa função.

Isso é um problema para nós. As linhas de transmissão têm o mesmo projeto. O custo operacional da distribuidora é determinado por um modelo.

O senhor era da ANEEL e sabe disso com perfeição. É um modelo. E esse modelo é o quê? É o preço-teto. A base de remuneração bruta é determinada por modelos. Ou seja, o que eu estou falando do patrimônio da distribuidora... Não é como era antes, com os custos de serviço, quando se olhava o que se tinha e então se determinava de quanto seria o investimento e a taxa interna de retorno para



aquele investimento. Não. É um modelo, é um modelo. Portanto, é externo. Faz-se uma comparação entre as empresas mais caras e se traz esse modelo.

Então, a tarifa, a base de remuneração líquida, o custo de capital, a ANEEL define a partir de modelos, também olhando o preço da moeda no mundo.

Vejam: nós temos uma tarifa, um modelo e uma organização industrial que, ao privatizarmos a ELETROBRAS, vai nos colocar numa situação... Do ponto de vista das tarifas, como dizia o Deputado, como vamos sair dessa?

Em 2016 a ELETROBRAS, por exemplo, vendeu no ambiente de contratação livre 1 megawatt-hora a 99 reais. Qual a empresa... A ENGIE, por exemplo, vende no ambiente de contratação livre a esse valor? Por que ela está vendendo a esse valor?

As usinas cotizadas: vejam que instrumento importante nós estamos perdendo, ao colocar a ELETROBRAS para ser privatizada, para tentarmos controlar ou estabelecer a modicidade tarifária. Penso que é algo que não está num documento com o qual se pretende discutir o futuro da energia, o futuro da indústria de eletricidade no Brasil. Eu acho que esse é um dos elementos fundamentais a discutirmos.

Outro aspecto que eu acho importante é a caracterização da indústria. Nós devemos falar sobre a indústria neste momento que vivemos. Acho que a maioria já tem conhecimento de que a ENGIE, por exemplo, acaba de publicar o primeiro relatório trimestral do ano. Ele é fundamentado em documentos do ONS, da Agência Nacional e da EPE inclusive. Ela diz: "*Nós temos mais de 12 gigabytes médios sobrando*" — isso se considerarmos que a garantia física tenha sido alcançada, porque pode estar um pouco abaixo disso, um valor menor.

Existe também um documento publicado pela PSR, que é uma consultoria importante. Um dos seus diretores, um dos donos da PSR, até outro dia estava na Presidência da EPE. Existe um documento publicado por ela que diz que esse valor é um pouco maior. Foi publicado em 4 de abril. A informação está nessa apresentação.

Isso serve para entendermos inclusive porque o planejamento se dá desse jeito. Aquilo que aparentemente é puramente técnico não é puramente técnico,



aquilo que aparentemente é puramente físico não é puramente físico, aquilo que é puramente econômico, digamos, não é só isso. Há muitas outras questões.

Portanto, nós estamos, no momento, com 12 gigabytes médios sobrando e temos dois fenômenos tecnológicos que entraram em cena. Quais são esses dois fenômenos? O fenômeno da energia eólica e o fenômeno da energia solar. É claro, é aquela discussão que não está contida aqui: não dominamos essas tecnologias.

Eu abro aqui um parêntese para discussão. Pena que o Deputado Aleluia não esteja aqui. Ele reclamava: *“Por que as PCHs não competem, por que não entram e tal?”* Ele dizia que a questão é ambiental. Não é. Eu vou discutir na ausência dele, mas sou obrigado. As PCHs saíram de cena a partir de 2010. E a saída delas de cena a partir de 2010 coincide com a crise econômica mundial.

Existe um parque industrial de energia eólica pronto, que paralisa e que vem desovar o seu parque eólico no Brasil, que chuta para escanteio a indústria de PCH, com os preços que eles colocaram aqui nos leilões. Todos se lembram disso. Vocês têm os registros dos leilões e sabem disso. Não foi por uma questão ambiental.

Eu acho importante resgatar isso, porque de repente começamos a jogar as reações existentes. Certamente não se faz a expansão de uma indústria de eletricidade no território do País sem conflitos. Não há como. Portanto, não podemos diminuir os fenômenos sociais que reagem a isso dizendo que eles é que atrapalham o desenvolvimento da indústria, quando sabemos que é por outro lado que está acontecendo a coisa.

Na atualidade, do ponto de vista da matriz, estamos numa situação de folga, de folga razoável. Com a entrada desses dois fenômenos, a eólica e a solar, e com essa capacidade... Sei que muitas vezes falo de coisas técnicas, mas a capacidade, a versatilidade, a flexibilidade que tem a hidráulica para atender à oscilação e, portanto, para responder rapidamente à precipitação da fotovoltaica, à precipitação rápida da eólica, como sabemos, nenhum país tem. Situação como a nossa nenhum país tem.

Eu passo até a questionar o que foi levantado aqui, que precisamos da expansão de baterias e tal. Não. As nossas baterias são os nossos reservatórios. Eles são as grandes baterias com as quais somos capazes de dar resposta.

O que está colocado?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulão) - Prof. Dorival, conclua, por favor.

O SR. DORIVAL GONÇALVES JÚNIOR - Vou tentar concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulão) - Gostaria de pedir à Deputada Erika Kokay que assumisse a Presidência dos trabalhos.

Pois não. Continue, por favor.

O SR. DORIVAL GONÇALVES JÚNIOR - O que está colocado é que, no horizonte, a expansão futura não precisa ser a hidráulica, de elevado investimento. Daí essa voluntariedade, vamos dizer assim, de privatizar toda a ELETROBRAS. Não há no horizonte um risco iminente de falta de energia. E a expansão que houver, com a folga que existe, pode ser coberta pela eólica e pela fotovoltaica, que são as tendências que os senhores acusam aqui.

Portanto, a eólica e a fotovoltaica vão entrar em que sentido? Elas entram no sentido de tirar partido da... Pensem bem: nós temos um sistema hidrelétrico com capacidade de algo em torno de 120 gigas — corrijam-me, por favor, se estiver errado. Desses 120 gigas, colocando aí um fator de capacidade de 50%, temos por volta de 60. Vamos jogar 50 gigas de instalação, de linhas de transmissão e de subestações ociosas, em média. Esses 50 gigas podem ser complementados com fotovoltaica e eólica.

Portanto, na perspectiva da reprodução do capital, isso é fantástico. O último leilão mostrou isso. Por exemplo, o megawatt/hora da eólica foi vendido a 68 reais — 68 reais; a fotovoltaica entrou a 118 reais. Então, esses dois fenômenos mostram... Vemos que isso é uma compreensão exclusivamente econômica. Para se apropriar de quê? Para maximizar o quê? A lucratividade em cima de toda a indústria. Não ultrapassa isso. Essas decisões não são precipitadas, como poderíamos imaginar. Não são precipitadas. Existe a folga.

Entendemos inclusive o documento do Ministério de Minas e Energias que está em consulta pública, quando diz: *“Vamos liberar geral o mercado, vamos fazer inclusive com que o preço seja definido hora a hora”*. Com isso se busca o quê? A maximização dos usos das instalações.

Então, qual é o futuro que podemos delinear para nós? Qual é o futuro que está colocado para nós? O futuro que está colocado para nós é complicado,



principalmente na perspectiva da qual estou falando aqui, a de trabalhadores e compradores de eletricidade, de consumidores de eletricidade.

Com a estrutura de regulação que nós temos hoje, as tarifas permaneceram altas. Com o processo de privatização da ELETROBRAS, como muito bem destacou o Deputado, muito provavelmente não teremos controle ou capacidade de interferir, para fazer com que a iniciativa privada, por exemplo, retroceda na sua avidez de lucros. Isso é patente. Há pouco tempo houve problemas nos leilões de transmissão. Quando não aparecia a taxa interna de retorno que o setor queria, o que sucedia? Não havia concorrente, não havia gente para participar dos leilões.

Então, na medida em que liberalizamos totalmente para o mercado... Aí eu acho que cabe uma questão, num país como o nosso: temos que pensar no futuro que teremos, por exemplo, no campo da produção, do conhecimento e do desenvolvimento social. A eletricidade é um elemento fundamental para o aumento da produtividade do trabalho em qualquer cadeia produtiva. Se deixarmos o livre mercado dar conta disso, nós vamos delinear o que para este País? Eu penso que temos que refletir melhor sobre essa situação.

Pena que o Deputado Aleluia não estava aqui, quando, numa fala, eu me dirige diretamente a ele, sobre a questão das PCHs. Dizia que discordo da sua análise, Deputado, sobre a questão ambiental. As eólicas expulsaram as PCHs. Com a crise, elas vieram para cá e tomaram lugar nos leilões. Os resultados dos leilões é que expulsaram as PCHs. Isso está comprovadamente colocado.

Acho que já ultrapassei o tempo que tinha.

Por estar nesta Casa e, principalmente, na presença do Deputado Relator, há necessidade de... Em termos de país, com essas propostas que estão sendo encaminhadas, onde vai haver o desenvolvimento da pesquisa? Aquilo que lá está vai garantir o desenvolvimento da pesquisa? A possibilidade de criar algumas alternativas regionais que não interfiram diretamente na indústria vai trazer benefício para o País?

Eu sou de universidade. Nós estamos vendo um enxugamento da universidade no desenvolvimento do conhecimento interno. Ao fazermos isso, como vamos fazer um projeto de país?

Desculpem-me por prorrogar mais um pouco a minha fala.



Lembrem-se da União Soviética e da Rússia, do processo de predação que houve internamente no país que levou à miséria brutal. Putin hoje é uma autoridade querida, sem crescimento econômico etc., por quê? A primeira coisa que ele fez foi controlar a questão energética, trazer uma capacidade de interferir diretamente e de fazer um projeto de país. Eu estou falando da Rússia capitalista, por favor. Os Estados Unidos, como foi dito aqui, não abrem mão do controle da questão energética.

Nós temos que entender que muitas vezes, aparentemente, as políticas não se manifestam pelos governantes. Existem países com poder econômico, cujas forças econômicas conseguem atuar e implantar controle sobre a questão energética. Os Estados Unidos acabaram de dar um exemplo. Por volta de 2007 e 2008, eles produziam de 5 milhões a 6 milhões de barris de petróleo. Internamente, começou um movimento das forças econômicas, o petróleo subiu, e eles chegaram a produzir 11 milhões ou 12 milhões de barris de petróleo. E jogaram o barril de petróleo mundialmente. Essa é uma ação das forças econômicas locais.

Nós não temos neste País forças econômicas locais com capacidade de se articularem para fazer esse tipo de exercício. Para isso precisamos de empresas estatais, da regulação necessária.

Eu vou ficando por aqui porque certamente já me estendi demais.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Prof. Dorival Gonçalves Júnior, pela excelente exposição, muito esclarecedora sobre os riscos que nós corremos e sobre o Brasil que vai surgir após a privatização ou a venda do controle acionário da ELETROBRAS.

Concedo a palavra à Sra. Fabíola Latino Antezana, para que também possa fazer a sua exposição.

A SRA. FABÍOLA LATINO ANTEZANA - Boa tarde a todas e a todos.

Represento o Coletivo Nacional dos Eletricitários.

Há mais de 1 ano acompanhamos esse processo de discussão do que seria o novo marco regulatório do setor elétrico. Foi com muita surpresa que vimos a chamada, da Comissão que está discutindo a desestatização da ELETROBRAS, para uma discussão sobre o futuro do setor elétrico no Brasil. Vimos a chance de



conseguir colocar qual é o papel da ELETROBRAS estatal, qual é o papel da ELETROBRAS privada, quais são os agentes que estão envolvidos nessa questão e, principalmente, quais são as consequências disso para a sociedade. E em sociedade incluímos todos os consumidores — os residenciais e os industriais e a atividade rural.

(Segue-se exibição de imagens.)

A primeira coisa que temos que deixar bem clara é o nosso entendimento enquanto Coletivo. Sempre fizemos a discussão sobre a ELETROBRAS como uma entidade dentro de um modelo de setor elétrico, e o setor elétrico abrangendo ene, inúmeros agentes e setores. Nas discussões que estão sendo travadas aqui no Congresso Nacional, e nas próprias consultas públicas no âmbito do Ministério de Minas e Energia, consultas virtuais e com pouquíssimo tempo para apresentação de considerações, nós não vimos essa amplitude no debate. Aqui no Congresso vemos que a ELETROBRAS está sendo debatida como se fosse o setor elétrico. Ponto. Só se debate a ELETROBRAS, a desestatização da ELETROBRAS, sem se debater o modelo de setor elétrico.

No ano passado, a Consulta Pública nº 32 definiu os princípios de um novo modelo. Foi de 30 dias o prazo para a definição de um novo modelo, coisa que na década de 90 foi discutida por anos. O modelo atual prevê a universalização, a modicidade tarifária e a garantia do suprimento. É claro que esse modelo tem que ser revisitado. Acho até que demorou muito para se fazer a discussão do que seria o novo modelo.

Mas o que se aponta nesse documento, com prazo de 30 dias de consulta virtual, em pleno mês de julho? E todo mundo sabe o que é o mês de julho. Colocaram-se os novos princípios: eficiência — do ponto de vista da locação e do custo; equidade — aponta-se o fim de subsídios no setor elétrico; e sustentabilidade do marco normativo — considera-se a estabilidade e a sustentabilidade comercial. Mudou completamente o escopo, em comparação ao modelo atual, ao modelo vigente, a bem dizer, que trata da universalização da energia como bem público para todos, da modicidade tarifária — e acho que realmente tem que haver uma revisão nessa questão, porque não conseguimos, de forma correta, a modicidade que se pretendia; e da garantia do suprimento — tínhamos acabado de sair de um apagão.



A Consulta Pública nº 33 corre em paralelo. E nessa consulta Parlamentares da Casa pediram prorrogação de prazo. Eram 30 dias no mês de julho para considerações. Essa alterava profundamente todo o marco regulatório do setor elétrico. Tudo o que nós entendemos como setor elétrico está sendo alterado nessa Consulta Pública nº 33. Foram mais de 5 ou 6 pedidos de postergação de prazo, baseados, inclusive, na premissa de que o próprio Ministério de Minas e Energia, numa consulta pública anterior que falava sobre o mercado livre, tinha prorrogado, a pedido das grandes associações, por 60 dias, o prazo para contribuições.

Se estavam tratando só da questão do mercado livre, por que, agora que estão fazendo a discussão de todo o modelo, não podem conceder uma renovação de 60 dias? Foi negado para as entidades, para os Parlamentares, inclusive, para algumas associações de consumidores, mas prorrogaram por 12 dias a pedido de uma grande associação comercializadora. Aí fica bem claro, pelo menos para aqueles que ainda têm dúvida, que essa revisão passa, sim, a ser uma revisão conceitual, mas que também tem cunho ideológico, e a energia passa, então, de fato, a ser uma mercadoria. Ela sai daquele escopo da universalização, da modicidade e da garantia de suprimento, para ser uma mercadoria, para entrar no rito de mercado. Abandona-se o conceito de energia elétrica como serviço e bem público, para se introduzir de forma objetiva a consolidação do mercado livre nesse processo.

A discussão chega ao Congresso fragmentada. O que nós esperávamos? Que viesse, então, a discussão do novo modelo de setor, que traz inúmeros aspectos, como a separação de lastro e energia, como disse o Deputado Arlindo Chinaglia. Demora para a sociedade entender o que é isso. Não é fácil explicar. E esse novo modelo ainda traz a descotização e a questão do mercado livre.

Dentro desse novo modelo, seria feita a discussão de algumas outras questões que necessitam ser equiparadas e que vieram no âmbito da Medida Provisória nº 814, de 2017, de forma isolada. Veio inclusive com uma intenção e saiu da Comissão Mista com inúmeros jabutis. E veio a discussão sobre a ELETROBRAS, que dentro dessa questão do novo modelo também veio separada, apontando como única alternativa a privatização, por meio dessa desestatização, dessa abertura de capital da *holding*.



E aí não podemos deixar de observar que existem inúmeras consultas públicas que continuam acontecendo, com todos esses debates juntos, e isso tem causado muita confusão, pelo menos pelas nossas análises.

A Medida Provisória nº 814, de 2017, está demandando altamente a CDE. Ela está colocando um monte de subsídios para a Conta de Desenvolvimento Energético. Nós temos 3 pareceres da ANEEL dizendo que isso vai causar tarifaço de energia que, inclusive, não se consegue sequer calcular. Apenas 1 parecer está dizendo que talvez não traga aumento da tarifa, e é no âmbito da desestatização da ELETROBRAS, não é nem com relação à Medida Provisória nº 814, de 2017.

E aí existe a Consulta Pública nº 42, que está em andamento neste momento no Ministério de Minas e Energia, para tratar da redução da Conta de Desenvolvimento Energético, porque ela não aguenta mais tanto subsídio e tanta coisa que está sendo colocada lá dentro.

E, dentre as coisas que estão sendo colocadas, as primeiras a serem cortadas, pelo menos pelas propostas — a consulta ainda está aberta para receber as contribuições; inclusive lá eles apontam que isso deve vir para discussão no Congresso —, quando se atingir o teto da CDE, são os subsídios existentes, visando-se inclusive à eliminação de alguns. Essas fórmulas seriam definidas em lei. O Deputado Paulão perguntou sobre o Programa Luz para Todos. Ele aparece com uma prioridade de redução de investimentos nessa consulta pública. E isso vai contra o que foi estabelecido na MP 814, em que se garantiu o Luz para Todos ainda renovado por mais um tempo. Outros subsídios apontados ali seriam os ligados a atividades rurais, irrigação, saneamento básico e aquicultura. E nós sabemos a ligação que tem o saneamento básico com a saúde. Se forem cortados esses subsídios, vai-se ter demanda muito maior nos serviços de saúde.

Pois bem. Vamos falar sobre a ELETROBRAS. O que é a ELETROBRAS? Dentro do modelo, conseguimos dizer que ela é uma garantidora de expansão do sistema — pelo menos funcionou assim desde a sua fundação —; é uma reguladora do mercado, principalmente na questão da expansão — vimos os últimos leilões e colocamos os dados mais para frente —; e é garantidora da competição, principalmente no ponto da expansão, e mais na geração do que na transmissão.



Do ponto de vista de sociedade — temos que considerar isso —, ela é um banco de investimento, é um fundo de investimento, é um centro de pesquisa, é uma financiadora de políticas estratégicas governamentais, é transferidora de recursos. Essas são palavras de um ex-conselheiro da ELETROBRAS que foi para lá com a missão de privatizá-la e que pontuou que foi porque não conseguiram enxergar tudo o que a ELETROBRAS é que o modelo que está desenhado para a privatização da ELETROBRAS pode se tornar um grande fiasco. Não é que ele esteja defendendo que ela continue estatal. Ele está propondo alternativas. Então, alternativas para a suposta ineficiência e a suposta falta de capacidade de investimentos da ELETROBRAS existem, só não se quer enxergar.

E qual foi a economia? Trouxemos alguns dados que o Deputado Arlindo Chinaglia até já mencionou aqui. O que é a ELETROBRAS, em relação à questão da expansão da geração propriamente dita? Foram citados aqui três leilões estruturantes, que, imagino eu, sejam Belo Monte, Santo Antônio e Jirau. São exatamente esses que trouxemos aqui.

Reportagem de 7 de abril de 2010: *Camargo Corrêa e Odebrecht desistem do leilão da usina de Belo Monte* — são as empresas privadas. Quando a ELETROBRAS aparece, ela não só entra no processo do leilão, como também faz o preço da energia, cujo valor mínimo estava fixado em 140 reais o megawatt, cair para 78 reais o megawatt — isso aconteceu no leilão com participação da ELETROBRAS —, numa economia de 62 reais por megawatt. Quando se fazem os cálculos da capacidade dela, quanto isso custa por ano, por dia e tudo o mais, chegamos a uma economia para o País de 59,6 bilhões de reais durante os 30 anos de contrato, só em Belo Monte. A mesma coisa aconteceu com Santo Antônio e Jirau, cada uma delas com seus cálculos, chegando, então, a uma economia total para o País de 113 bilhões de reais durante esse período de 30 anos de concessão. Esses são dados que foram apresentados em diversas audiências públicas pelo Nelson Hübner, ex-Presidente da ANEEL, ex-Ministro e atual conselheiro da CEMIG.

E aí fica a dúvida: nesse cenário que estamos discutindo no âmbito da Comissão, que seria o de uma ELETROBRAS privada, vindo um novo leilão estruturante — imaginemos que vamos enfrentar um novo leilão estruturante já com a ELETROBRAS privatizada e nos lembremos de que ela, enquanto estatal, entrou



no leilão e colocou o preço lá embaixo —, a ELETROBRAS, que é definidora do preço de energia, participará e definirá o valor de energia que ela entenda que vai ser bom para ela. Enquanto empresa privada, ela vai querer maximizar o lucro. Então, vamos ter que aceitar o valor apresentado por essa ELETROBRAS privada? Sim, porque, provavelmente, nenhuma outra empresa vai conseguir apresentar um valor inferior, ou ela também não vai querer perder esse investimento, se for assim tão bom. E aonde vai parar a modicidade tarifária? Lembro que, na Consulta Pública nº 32, os princípios da modicidade tarifária foram esquecidos. A modicidade tarifária já foi deixada de lado.

E tudo caminha de mãos dadas, não só a questão de todas essas consultas, mas, do ponto de vista dos trabalhadores, também, temos visto, durante esse processo de tentativa de desestatização da ELETROBRAS, ataques à ELETROBRAS enquanto instituição, ataques aos trabalhadores dessa instituição estatal, a ponto de se contratar uma consultoria de comunicação para falar mal dela, para dizer que ela é ineficiente, para falar mal dos seus trabalhadores. Isso, inclusive, está sendo objeto de ação judicial.

As consultas públicas do Ministério de Minas e Energia, a cada mês, a cada 15 dias, dão um novo entendimento, e elas não dialogam com o que está acontecendo aqui dentro. Aí vamos para as consultas públicas da ANEEL. A nº 6, de 2018, prevê teleassistência geral e irrestrita de todas as instalações, usinas e subestações.

Vejam o que vai acontecer. Neste País com a dimensão gigante que tem, se acontecer alguma coisa numa subestação teleassistida, quanto tempo demorará para chegar alguém para ver o que aconteceu de fato? Não estamos falando de um país do tamanho da Nicarágua. Cabem sete Nicaráguas só no Estado de Minas Gerais. Nós estamos falando de um país com dimensões continentais. E essa teleassistência não vem à toa. Isso é redução de custo. Numa situação de ELETROBRAS privatizada, quem a adquirir vai diminuir seus custos com pessoal, porque um cenário de teleassistência já presume uma reestruturação, na qual trabalhadores não são mais necessários. E está ocorrendo um processo de reestruturação interna na ELETROBRAS com a implantação do centro de serviços compartilhados. Até aí, tudo bem. Eu acho que é necessária uma reestruturação da



ELETROBRAS. Acho que cabe muita discussão sobre esse processo, principalmente nas áreas administrativas, mas há alguns setores que não poderiam estar dentro de um centro de serviço compartilhado. Um deles é a área de saúde e segurança do trabalho. Isso, inclusive, já foi tentado em algumas empresas, não deu certo e se teve que voltar atrás.

Quem está fazendo essa brilhante sugestão é uma consultoria que foi contratada também com dispensa de licitação e que implantou isso na CPFL, de onde veio o Presidente atual da ELETROBRAS. E lá não deu certo. Ele teve de voltar atrás depois. Então, para que fazer isso na ELETROBRAS?

Lembramos que hoje nós já temos ações contra empresa — e não são trabalhistas — por descumprimento de normas de segurança. Está aqui: *TRT mantém condenação de Furnas por falta de segurança em subestações*. Todas as empresas do setor elétrico ligadas à ELETROBRAS, hoje, descumprem a NR 10, no quesito da manutenção dos dois operadores em subestação, praticamente, nas usinas. Todas! Por quê? Porque, nesse processo de se tentar reduzir o custo a qualquer preço, têm sido feitos inúmeros remanejamentos e inúmeros planos de demissão sem a recontração de pessoal. Isso traz insegurança para o sistema. Numa ocorrência, nós não temos pessoal, hoje, para atender essas demandas. Isso foi o que disse o Procurador, quando manteve a condenação de Furnas em segunda instância. Nós temos ações na ELETROSUL e, se não me falta a memória, nós entramos também na ELETRONORTE. Em todas as empresas nós temos isso.

Então, algumas questões nos ficam, nesse ambiente de discussão desse processo de desestatização da ELETROBRAS e do futuro do sistema elétrico, são: de fato qual é a necessidade de uma ELETROBRAS privatizada para se continuar a expansão do setor elétrico? Inúmeras alternativas existem. Podemos citar algumas alternativas. Há várias circulando por aí. Já se falou em abertura de capital das controladas. E a descotização está colocada junto com a privatização. Há emendas aqui que questionam por que não se faz a descotização, com a empresa permanecendo estatal. Por que não rever o preço de custo e estabelecer uma variação tal que permita um percentual para investimento e até mesmo para continuar com a agência de revitalização do Rio São Francisco, já que isso é tão importante para a região. Pega-se a energia que hoje é vendida a preço de custo,



sei lá, por 40 reais, na média, e se passa isso para 43,50, 44 reais por megawatt. Isso será perene e irá direto para esse fundo. É muito mais interessante do que destinar percentual fixo para fazer essa revitalização.

Essas são as nossas contribuições. Eu até queria muito, muito, entender, assim como o Deputado Arlindo, o que seria a separação de lastro e energia. Eu sou engenheira florestal de formação, então, essa também não é a minha área. Mas eu consegui chegar a uma belíssima conclusão, graças ao Prof. Dorival. O lastro seria o custo fixo do empreendimento. Isso é o meu garantidor de empréstimos. Então, numa situação na qual eu queira assegurar um empréstimo, fazer uma obra estruturante, eu vou dizer que estou investindo tanto, mas meu patrimônio é tanto, vou ter tanto de energia e assim posso fazer esses contratos. Os contratos já são a minha garantia. Então, esse é o meu lastro.

A energia é a energia propriamente dita. Tomando um carro como exemplo, como o Prof. Dorival me explicou, o carro seria o todo: a lataria, o motor, os estofados e tudo o mais; a energia seria o combustível e o óleo. Então, o meu custo de manutenção com o carro como um todo seria o lastro, e o custo de energia seria só o gasto com combustível e com óleo.

Após o leilão de Santo Antônio, por exemplo, conseguiu-se um empréstimo com a venda de energia no mercado livre para a CEMIG. Essa foi a garantidora do empréstimo para fazer a obra.

Nessa questão da separação de lastro e energia, estes são alguns questionamentos que não conseguimos ver em lugar nenhum: como está sendo pensada a metodologia da separação, no empreendimento que já está amortizado e no empreendimento novo? Como fica isso nas diferentes energias: energia hidrelétrica, energia térmica, energia solar e energia eólica? Entendo que na térmica é mais fácil, mas na solar e na eólica não consegui entender. Então, esse é um questionamento que gostaria que fosse explorado.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Agradeço à Sra. Fabíola Latino Antezana.

Passo agora para as inscrições dos Deputados.

Deputado Paulão, V.Exa. gostaria de fazer uso da palavra? (*Pausa.*)



Então, tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Deputada Erika, senhores convidados, quero me dirigir primeiro à Fabíola. Na sua apresentação, você mostrou aquilo que a empresa vem fazendo, mais especificamente a Presidência, na articulação com Governo, Ministério de Minas e Energia e Sr. Michel Temer, para atacar a ELETROBRAS, visando à privatização. Infelizmente, esse é um conjunto de medidas articuladas.

Eu estou aqui me segurando para não dizer uma palavra ainda mais contundente sobre a última ação do Presidente. Acaba de sair uma matéria na qual ele diz que a ELETROBRAS vai abrir outro plano de demissões até julho. E ele, inclusive, justifica o motivo para abrir um novo plano de demissões. As palavras dele são: *“Uma parte da não adesão é de pessoas que perceberam a possibilidade de não se fazer a privatização. Mas estamos bastante otimistas. A privatização vai à frente”*. Ele afirmou isso durante teleconferência para comentar o resultado financeiro da companhia no primeiro trimestre de 2018.

Esse é um ataque explícito perigosíssimo e com uma total falta de responsabilidade por parte do Sr. Presidente. Se não bastasse a contratação de uma empresa de comunicação por mais de 2 milhões de reais para falar mal da ELETROBRAS, fica utilizando os veículos de comunicação para aterrorizar servidores, trabalhadores, visando à privatização. Ele tem que ser responsabilizado, inclusive, por aquilo que ele está fazendo. E estamos à disposição para auxiliar os trabalhadores nesse sentido.

Eu quero falar da nota de repúdio que ASEF, AEEL, ACEP, SINAERJ, SINDECON-RJ, SINTERGIA-RJ e SENGE-RJ lançaram em relação à explicitação do relatório do Deputado José Carlos Aleluia sem a existência de uma reunião para tal fato.

Deputada Erika, a audiência da Comissão realizada no Rio de Janeiro foi impressionante. O auditório da Assembleia Legislativa estava completamente lotado, as galerias da Assembleia Legislativa estavam completamente tomadas, e havia muita gente do lado de fora.

Essa nota de repúdio foi lançada contra essa manobra que está sendo conduzida pelo Relator da Comissão. Eu esperava que o Deputado José Carlos



Aleluia estivesse aqui para eu falar isso para ele. Tentam fazer com que esta matéria seja deliberada nesta Comissão e seja encaminhada diretamente ao Senado Federal, sem passar pelo plenário da Câmara dos Deputados. Não é possível fazer isso. O nosso entendimento, inclusive do ponto de vista regimental, é o de que ele não tem respaldo para fazê-lo, e, politicamente, também não aceitaremos. Utilizaremos todos os mecanismos necessários para que essa tentativa de manobra seja evitada.

O Vitor me lembra que no Senado já está havendo a discussão, inclusive, dando como favas contadas a aprovação na Câmara dos Deputados. E existem notícias de que o Ministro da Fazenda está indo para uma audiência para detalhar a privatização da ELETROBRAS. Não pensem que isso irá acontecer, porque não vai. Nós estamos dispostos a levar essa discussão às últimas consequências. Não vão passar por cima desta Comissão, não vão passar por cima da mobilização com mais uma manobra, imaginando que não vai haver uma reação muito forte e contundente.

O Sr. Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, negou-se vir a esta Comissão. Ele não veio. Aí eu pergunto: não vem aqui para dialogar sobre o tema, para que pudéssemos aprofundar os questionamentos, mas pode fazer uma palestra na Associação Comercial do Rio de Janeiro para falar sobre o assunto? Ele não tem agenda, não tem tempo ou não tem capacidade de vencer o contraditório que se estabeleça nesta Comissão, mas foi ao Estado do Rio, imaginando que lá não iria ter questionamento ao que ele iria apresentar? Esperamos que o Sr. Moreira Franco ainda tenha a disposição de vir dialogar de maneira franca, de maneira profunda, com os Deputados e Deputadas desta Comissão.

Eu vou encerrar, porque o meu tempo já se esgotou, mas eu queria muito discutir com as senhoras e com os senhores o modelo. Só que, como o tempo é muito curto, e as manobras estão sendo aceleradas, nós temos, necessariamente, que fazer a discussão também de tática de enfrentamento ao rolo compressor que está aqui colocado, até porque nós já temos substância suficiente.

Mas a apresentação, Sr. Dorival, foi importantíssima para que nós tenhamos mais elementos no convencimento daqueles Parlamentares que não estão participando da Comissão. Toda apresentação que foi feita — e aí eu encerro,



Deputada Érika — é relevante para que nós possamos consubstanciar essa discussão ainda no plenário da Câmara.

Eu quero falar de um último ponto, porque o absurdo se coloca em articulação com outros absurdos como se nada estivesse acontecendo, e nós não podemos deixar que isso aconteça.

A ELETROBRAS está proibindo a divulgação de contratos celebrados sem licitação. Entre esses contratos, há um do qual nós estamos falando, um contrato com o banco BTG Pactual, para uma consultoria especializada no programa de desinvestimentos com o representante de um banco com interesse direto no processo de privatização, para ampliação da sua fortuna, dos seus rendimentos. Pelo amor de Deus! Isso é o cúmulo do absurdo!

Vamos discutir o modelo do sistema elétrico! Nós queremos aprofundar a discussão sobre esse modelo. Mas eu imagino que os senhores tenham percebido que o Governo não tem aqui nenhum interesse em fazer a discussão do modelo. Tanto não tem que não há Parlamentar da base do Governo aqui para fazer essa discussão. O Deputado Aleluia, de vez em quando, passa por aqui, sai, só para não dizer que não passou. Eles já estão com uma posição formatada para tentar empurrar essa privatização goela abaixo, mas não irão conseguir.

A discussão do modelo do sistema elétrico brasileiro tem que se dar respaldada pela vontade popular da maioria dos brasileiros. Que cada candidato em eleições apresente qual é o modelo que defende para o sistema elétrico. E se uma candidatura vencer, dizendo que quer entregar o controle da ELETROBRAS, e a maioria do povo brasileiro aceitar, eu ficarei calado. O que não dá para aceitar é que os candidatos não queiram, a partir do sistema democrático das eleições, em que eles apresentam os seus programas, discutir uma proposta altamente impopular, rejeitada pela maioria do povo. Sete de cada dez brasileiros, segundo o Datafolha, declararam ser contra as rodadas de privatizações, principalmente do setor elétrico. Essa é uma das maiores preocupações da população, porque o povo entende que a conta de luz aumentará a partir do momento em que essa entrega do controle da ELETROBRAS se efetivar. Isso nós não vamos topar. E a mobilização vai continuar do ponto de vista institucional nos Estados do Brasil.



A discussão do sistema elétrico nacional é fundamental, mas ela não pode ser feita com uma articulação de rolo compressor com interesses que não são republicanos, com interesses escusos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Eu estou inscrito e não sabia. Vou fazer as perguntas daqui, se não houver incômodo para os presentes. Eu não vou fazer nenhuma consideração maior. Eu só queria fazer duas perguntas bem diretas.

A primeira é se é necessário privatizar e, com os problemas encontrados no sistema, a critério de cada um, qual a alternativa à privatização? A segunda é de que forma os senhores e as senhoras da Mesa veem, digamos, a possibilidade de se garantir a modicidade tarifária com a privatização ou não. Na primeira pergunta, quando eu digo que há alternativa, abre-se um leque que vocês vão responder, mas poderia ou pode implicar, digamos, num comprometimento relativo ou grave da modicidade tarifária.

Essas duas perguntas, na minha opinião, são o centro deste debate, sem prejuízo de pesquisa, de prospecção, etc. Eu acho que, para nós, são fundamentais esses dois temas.

Se alguém quiser começar é só se manifestar.

Eu vou pedir que cada um, dentro do possível, fale por até 5 minutos, porque vocês estão percebendo que todos os Parlamentares, sem exceção, se ausentam, uns voltam e outros não. É porque está havendo votação, e todos, de alguma maneira, estão envolvidos com o plenário.

O SR. REIVE BARROS DOS SANTOS - Deputado, nessas duas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Só um segundo.

Deputada Erika Kokay, V.Exa. quer fazer alguma pergunta ou alguma observação?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Seria bom.

V.Exa. quer fazer alguma pergunta ou alguma observação?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu gostaria de agregar o tempo de Liderança da Oposição.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - O.k.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O Deputado Glauber Braga falou de uma série de absurdos que permeiam esse processo de desestatização e de entrega do controle acionário da ELETROBRAS. Eu diria, Deputado Glauber, que isso nos faz lembrar de quando Nelson Rodrigues disse que o absurdo está perdendo a modéstia.

O absurdo está perdendo a modéstia no que diz respeito a este projeto de desestatização da ELETROBRAS. Primeiro, de forma muito rota, tentam enganar o povo brasileiro, dizendo que se abriu um processo de consulta para que fosse revisitado o modelo energético brasileiro. Aqui nós tivemos a exposição da Fabíola, que aponta que o tempo foi absolutamente exíguo e não se fez uma discussão agregada de modelo energético para este Brasil.

A primeira coisa que deveríamos fazer era reabrir o processo de consulta, para que esse processo e esse prazo de consulta representassem as diversas opiniões, a fim de termos um processo rico, que correspondesse ao poder e à importância da ELETROBRAS para o povo brasileiro. Mas o absurdo perde a modéstia e se faz um prazo de consulta extremamente exíguo, porque o Governo já tinha suas intenções estabelecidas e firmadas.

A impressão que tenho é que, quando esta Comissão foi instalada, o relatório já estava pronto. O Deputado José Carlos Aleluia fez determinadas adequações no relatório para tentar justificar o que não é possível ser justificado e para tentar aplinar as resistências que se criaram nesta Casa acerca do que representa a privatização da ELETROBRAS.

O Governo tenta construir uma narrativa, e não tem sucesso nisso. Primeiro, tentou construir uma narrativa quando a população e os segmentos produtivos deste País perceberam a situação. Não se trata de segmentos que abocanham a importância do Governo. O segmento que abocanha os recursos orçamentários deste País é o segmento rentista, que não tem qualquer tipo de relação com a produção, que não tem qualquer tipo de diálogo com o mundo do trabalho, com a necessidade de insumos, com o mercado interno, tampouco com a infraestrutura. Os rentistas não têm relação com a produção. Trata-se uma acumulação do capital concentrada em um segmento que não tem qualquer tipo de compromisso com o



desenvolvimento produtivo e, portanto, não tem compromisso com um projeto de desenvolvimento nacional.

Este Brasil, sob Michel Temer, não tem um projeto de desenvolvimento nacional. Por isso, a ELETROBRAS sofre os ataques que tem sofrido.

O povo brasileiro percebeu que haveria, sem nenhuma dúvida, pela descotização, um aumento do preço da energia, ferindo inclusive um princípio do próprio modelo em curso neste momento: a modicidade tarifária. O Governo tenta dizer que a desestatização iria reduzir o preço da tarifa e tenta construir uma narrativa para enganar o povo brasileiro. Se há tanto problema na cotização e é necessária a descotização, porque a descotização está atrelada — e está — à desestatização da ELETROBRAS? Por que o Governo fala em descotizar e associa essa descotização ao processo de perda do controle acionário dessa empresa? Há uma privatização do controle acionário da ELETROBRAS.

O Governo tenta construir uma narrativa para se contrapor à compreensão adquirida pela sociedade sobre o que estava em jogo e sobre como a privatização da ELETROBRAS iria impactar suas vidas. Ela vai entrar na casa do povo brasileiro e vai impactar a vida de todos. Se fizermos uma avaliação do setor industrial brasileiro, veremos que por volta de 40% do gasto é com energia, que será impactada pelo aumento das tarifas energéticas.

Não é à toa que, num país continental, há uma empresa como a ELETROBRAS, com mais de 70 mil quilômetros de linhas de transmissão, uma empresa que gera energia na proporção que gera a própria ELETROBRAS. Privatizar essa empresa significa romper a soberania energética e a soberania nacional. Países que seguramente comprarão a ELETROBRAS ou o seu controle acionário, ainda que em lotes de 10%, não abrem mão das suas empresas e da sua soberania energética. Não é à toa que, como foi dito pelo professor, existe a lógica estadunidense de preservar e proteger esse setor como uma área da segurança nacional. Inclusive, está aprovada por esta Comissão a convocação do Ministro da Defesa, para que ele possa falar sobre o impacto da privatização da ELETROBRAS na soberania e na segurança nacional.

Portanto, nós estamos vivenciando uma absurdidade. É o que diria Camus, se estivesse vivo e assistisse a este momento da história brasileira. É uma



absurdidade! Esse neologismo de Camus retrata, com muita exatidão, este momento, em que uma empresa contrata outra empresa, sem licitação, adita este contrato — já são mais de 3 milhões de reais em gastos —, para que a empresa que foi contratada desqualifique a própria ELETROBRAS. Trabalha-se com a perspectiva de diminuir o seu custo, porque esse custo está sendo avaliado por empresas que irão se beneficiar com a venda do controle acionário da própria ELETROBRAS.

Nós já vimos isso. Como diria Marx, *“a história se repete, a primeira vez como tragédia, a segunda vez como farsa”*. Neste momento, farsa e tragédia bailam neste balé macabro que pisoteia a autonomia e a emancipação do povo brasileiro. Digo isso porque estamos vivenciando a relação de uma empresa que ajuda a avaliar e a precificar a ELETROBRAS e será beneficiada com isso.

Nós já vimos isso acontecer na Vale do Rio Doce, que foi vendida por 3,3 bilhões de reais. Essa empresa foi vendida pelo que o Brasil paga de juros e serviços da dívida — era o que pagava à época — em 3 ou 4 meses. Essa empresa foi vendida por esse valor. É o que querem fazer com ELETROBRAS.

Além disso, nós vamos ver um desrespeito a este Parlamento. Há um desrespeito a este Parlamento quando alguém — quem quer que seja — ousa dizer que o Regimento será ferido e o processo começará a ser discutido no Senado, ainda que o Senado não tenha condições de fazer essa avaliação; ou quando se diz que esta Comissão tem um poder terminativo, sem se considerar a possibilidade de recurso prevista no próprio Regimento.

Essas pessoas buscam, nas suas bravatas arbitrárias, nas suas bravatas com cheiro e sabor de golpe, ferir a autonomia deste Parlamento. Nada justifica que o Governo tenha modificado um decreto e tenha autorizado o BNDES a financiar estudos para desestatização da ELETROBRAS, sem que este Parlamento tenha decidido que ela poderá ser desestatizada ou privatizada. Nada justifica isso!

De duas, uma: ou o Governo não considera a autonomia deste Parlamento e a independência dos Poderes, que consta como cláusula pétrea na nossa Constituição — portanto, só passível de modificação com uma nova Constituinte —; ou o Governo está incorrendo em um risco que o leva a responder por improbidade administrativa. Estão utilizando recursos públicos em um momento em que o País vive um déficit fiscal sem tamanho. Estão congeladas as despesas primárias, mas as



despesas financeiras seguem leves e soltas, acumulando obesidade com a subserviência dos sabujos do rentismo e do capital financeiro que ocupam o Palácio do Planalto.

Com este rombo fiscal, o Governo avança sobre o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, avança sobre o Fundo Soberano do Brasil e, de forma absolutamente subalternizada, busca vender partes do País, entregar o País, para agradar a um deus-mercado. Como eu sempre digo, essa situação lembra as tragédias gregas, quando os deuses se enfureciam: *“Ah! Vamos imolar corpos!”* Agora, imolam-se direitos, imolam-se corpos, e o País vai se entregando, para que o deus-mercado adquira a calma necessária para que os seus sabujos sintam que estão cumprindo o dever de casa.

Neste momento, está em vigência um decreto que não pode permanecer. Esta Casa, imediatamente, teria que fazer um projeto de decreto legislativo para sustar este abuso que é a liberação de despesas deste País para se fazer um estudo para um projeto de privatização que, para a sua continuidade e existência, depende do parecer e da vontade desta Casa.

Mas não é só isso: antes de este Parlamento conhecer o relatório do Sr. Aleluia, a imprensa já o conhecia. *“Vamos mostrá-lo para os nossos senhores do mercado!”* Esse mercado tem sentimentos humanos, porque, como dizem eles, ora se aquieta, ora se acalma, ora se enfurece. *“Vamos mostrar para ele que somos bons alunos e bons seguidores, porque marchamos de acordo com os ritmos que dali são emanados”.*

O Sr. Aleluia divulga o relatório antes que os Parlamentares tenham conhecimento dele. Com isso, busca aplinar a resistência que se construiu nesta Casa. Esta resistência indica que este Parlamento, particularmente a bancada nordestina, entendeu o risco que corre o Rio São Francisco.

O Sr. Aleluia diz que é preciso disponibilizar 500 milhões de reais para revitalizar o Rio São Francisco. Entretanto, esses 500 milhões irão para uma organização social, uma iniciativa privada que estará sediada no território eleitoral do próprio Sr. Aleluia. Essa empresa, seguramente, terá uma alcunha: “agência aleluia” — não a aleluia daqueles que estão homenageando o que é belo, fazendo odes à



alegria; mas a aleluia de quem está destruindo o setor elétrico e está nos lembrando, todos os dias, do seu passado na própria CHESF.

Eles querem aprovar a Medida Provisória nº 811, de 2017. Hoje, a sessão foi até 1h30min. Em seguida, querem colocar em votação a Medida Provisória nº 814, de 2017, que privatiza a ELETROBRAS.

O que é a MP 811? É a possibilidade de venda do excedente de óleo deste País, sem licitação e abaixo do preço de mercado, por uma empresa a ser criada, fazendo com que o País seja alcunhado de sabujo do capital e das empresas internacionais. É um festival de absurdos!

Camus, se estivesse vivo, diria que é uma absurdidade. Nelson Rodrigues diria que é o absurdo perdendo a modéstia. E eu digo que é o absurdo desnudo, desnudo, de forma absolutamente inadmissível, entrando nas nossas casas, tentando nos cooptar, tentando abocanhar e roubar corações e mentes.

Não conseguirão, porque a ELETROBRAS não será privatizada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Conforme anunciado anteriormente, quem se habilitar poderá comentar aquilo que entender adequado.

O SR. REIVE BARROS DOS SANTOS - Deputado, eu gostaria de falar sobre a modicidade tarifária, que foi aventada aqui por diversos interlocutores que me antecederam.

A modicidade tarifária se dá nos segmentos de geração, de transmissão e de distribuição. Não existe alternativa para a modicidade tarifária que não seja mediante uma competição, que se dá através de leilões públicos, dos quais podem participar tanto a iniciativa privada quanto a empresa estatal — é o que tem acontecido.

Além do que foi mostrado aqui, do ponto de vista da modicidade e dos leilões realizados, eu relembro a apresentação feita pelo Presidente da Empresa de Pesquisa Energética — EPE sobre os Leilões A -4 e A -6, de 2017. Na fonte eólica, houve uma redução de 61%; na fonte de PCH, houve uma redução de 33%. Enfim, em todas as fontes que foram para leilão, houve uma redução entre o preço-teto e o efetivamente negociado. Em relação à transmissão, ocorre a mesma coisa.

Portanto, a modicidade se dá através da efetiva competição. Não existe modicidade com a fixação de preço. O que existe é a efetiva competição.



Além disso, é importante registrar como se dá a composição da tarifa atualmente no Brasil: por meio da Parcela A, constituída do preço da energia, do preço da transmissão e de encargos. Nós observamos que os encargos são basicamente a CDE, nas suas diversas composições.

Deputado Paulão, em relação ao seu questionamento, independentemente de a empresa ser estatal ou privada, em se tratando de políticas públicas, a CDE a contempla. Tanto é que as empresas privadas hoje, principalmente no Norte, continuam fazendo o exitoso Programa Luz para Todos. Elas têm, na tarifa, um valor específico na CDE, pago por todos os consumidores brasileiros, para que se efetive o Programa Luz para Todos. Portanto, isso independe de a empresa ser estatal ou privada.

A outra composição diz respeito à Parcela B. Esta é a parcela da distribuidora e representa os custos necessários para operação e manutenção, acrescida da rentabilidade para os investimentos que a distribuidora faz na concessão. Eu não estou com esse material aqui, mas a ANEEL o disponibiliza.

Nos últimos 10 anos, percebe-se que, no modelo regulatório que foi feito, houve uma melhoria, uma redução substancial da Parcela Brasil, quando comparada às outras parcelas. Essa eficiência é capturada pelo mecanismo regulatório do Fator X, que premia aquelas empresas que apresentam a sua eficiência. Esta é a Parcela B.

Quando nós vamos para a outra parcela de tributos, que consiste em tributos federais — PIS e COFINS — e tributos estaduais, cada Estado determina o valor do ICMS. Portanto, percebe-se que aquele Estado que tiver um maior apetite, aquele Estado que tiver uma maior dificuldade fiscal, consequentemente, terá uma tarifa maior do ICMS, além da Tarifa de Iluminação Pública.

Portanto, concluindo, eu diria que, na nossa avaliação, a modicidade tarifária se dá mediante competição, que está restrita às questões de geração e de transmissão. Nós temos números para mostrar que essa competição efetivamente existe, existiu e existirá em todos os leilões, até porque há muito mais competidores do que projetos. Há outras questões que nós não controlamos, como os subsídios.

Os subsídios têm uma característica interessante: em determinado momento, entram como uma necessidade, mas depois não saem mais. Eu cito, por exemplo, o



caso da fonte eólica. Em determinado momento, era importante que se incentivasse essa fonte, mas hoje, na nossa avaliação, essa fonte não precisa mais de subsídio.

Portanto, existe espaço para rever essas condições, com o objetivo de efetivamente conseguir a modicidade tarifária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Dr. José Mauro.

O SR. JOSÉ MAURO FERREIRA COELHO - Nesta fala final, quero deixar claro algo que já falei anteriormente: na expansão da geração, a EPE tem um modelo de decisão de investimentos. Deixo claro que a busca da EPE, em relação ao planejamento energético nacional, é sempre no sentido de se alcançar o menor custo total do sistema. Essa é a ideia que temos quando rodamos o modelo.

Na verdade, temos todas as fontes competindo, levando em consideração os custos dessas fontes, levando em consideração os custos do sistema de transmissão.

Na verdade, a EPE sempre busca esse menor custo total sistêmico, com o objetivo final de levar o menor custo ao consumidor. Como o Dr. Reive colocou, a modelagem já leva ao menor custo de quanto vai entrar de cada fonte. Através dos leilões de energia elétrica, através de uma competitividade, pode-se levar ainda ao menor custo, uma vez que nós temos um preço-teto e, normalmente, isso tem um deságio considerável. Deixo claro que, no planejamento, nós já levamos em consideração o problema do menor custo e da modicidade tarifária.

Há outro ponto que eu gostaria de deixar claro: a EPE é uma empresa pública responsável pelo planejamento energético do País, pelos estudos relacionados ao planejamento energético do País. As avaliações da EPE sempre são puramente técnicas e econômicas. Não há nenhum outro tipo de fator que leve a EPE a tomar suas decisões. As decisões são efetivamente técnicas, efetivamente relacionadas ao aspecto econômico.

Deixo claro também que nós fizemos a apresentação aqui, mas é óbvio que, numa apresentação de cerca de 20 minutos, não há condições de abarcarmos todas as premissas consideradas nos nossos estudos. Entretanto, como falou o Prof. Dorival, nós levamos em consideração, nesses estudos, todos os aspectos tecnológicos, geopolíticos, industriais e sociais envolvidos.



É claro que a EPE sempre está procurando melhorar a sua modelagem, para também considerar as externalidades positivas de cada fonte energética que será ofertada nos leilões de energia.

Finalizando, quero dizer que é um prazer muito grande participar deste debate. Eu acho que o debate é legítimo e necessário. Quero agradecer a todos os Deputados e a todos os colegas que participaram deste debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Amilcar Gonçalves Guerreiro. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Prof. Dorival Gonçalves Júnior.

O SR. DORIVAL GONÇALVES JÚNIOR - Vou tentar discutir a questão: é necessária a privatização ou há uma alternativa? Num País como o nosso, historicamente, temos o exemplo da própria indústria de eletricidade brasileira, que nasce estatal por uma necessidade concreta de se dar uma resposta, nos anos 30, ao que as estrangeiras não faziam aqui.

A mudança da estrutura econômica do Estado brasileiro nos anos 30, quando se aspira um desenvolvimento industrial — não é que não se aspirava antes, mas nesse momento muda a correlação de forças políticas internas —, permite a possibilidade de industrialização.

Também se considera a geopolítica mundial da época. Em plena crise mundial, começam os passos de controle sobre a água no Brasil, com o Código de Águas. Mais à frente, no final dos anos 40, vimos que o capital interno não tinha a capacidade de fazer os investimentos.

Na América Latina e em outros Estados, inclusive na Europa, os países que tomaram a iniciativa da privatização estão num tremendo debate interno, na perspectiva de retorno ao Estado, especialmente na atividade elétrica.

Esse debate ocorre dentro da Inglaterra, que foi a precursora desse processo. Os Estados Unidos nunca abriram mão do controle das suas hidrelétricas. A TVA está até hoje comandando boa parte disso. Eu acho que o próprio Deputado, de certo modo, respondeu isso quando disse: *“Não é da dinâmica da produção capitalista fazer esse exercício”*.



A importância de uma empresa estatal para esse controle é fundamental, especialmente num país como o nosso. Nós temos que nos posicionar. Em relação ao campo das tecnologias, nós não fazemos turbinas de alta qualidade, não fazemos geradores de alta qualidade, não fazemos os comandos. Não fazemos isso.

Então, já há uma apropriação da produtividade dessa indústria pelo parque industrial mundial, que é monopolista e já obtém isso internamente aqui, como se não bastasse o capital financeiro, que já atua aqui dentro. De certa forma, a nossa produtividade já é capturada. Imaginem deixar isso ser conduzido pelas livres forças de mercado!

Por exemplo, em relação ao conhecimento desenvolvido, todos aqui, principalmente as pessoas da área, somos resultado do desenvolvimento da indústria estatal — qualquer um de nós. Eu sou um engenheiro eletricista e sou eletrotécnico com o desenvolvimento da indústria estatal.

A dinâmica da produção elétrica é simultânea. Há o ato de consumo e o ato de produção. Na dimensão nacional, isso foi desenvolvido pelo conhecimento a partir das relações com as empresas estatais.

Por exemplo, a Escola Politécnica da USP e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas — IPT estão em franca decadência com o fim das estatais paulistas. Especialmente com o fim da estatal ELETROBRAS, nós vamos entrar em franca decadência em relação à produção de conhecimento. Nós vamos passar a comprar pacotes, programas para operar o sistema, etc. Nós vamos ter que importar modelos para fazer o planejamento.

Então, eu não vejo alternativa à necessidade concreta, principalmente pela posição em que nós estamos. Não podemos nos esquecer da nossa posição geopolítica mundial. Há a importância de se garantir uma empresa estatal não só nesta área, mas também em outras áreas.

Hoje nós estamos perdendo a área de pesquisa da EMBRAPA, por exemplo. O agronegócio ficou pujante a partir do quê? Foi do Estado. A pujança do agronegócio é algo completamente estranho.

Portanto, eu diria que não há alternativa. Há a necessidade, de fato, de mantermos a ELETROBRAS como uma importante empresa, não só para fazer políticas da modicidade tarifária, mas também para que, de certo modo, seja um



elemento central na hora dos leilões, quando a iniciativa privada não se faz presente, para estar lá exercendo a sua ação política, inclusive para conter os preços no nosso País, que não conseguimos reduzir.

É bom que se diga que, desde 1994, depois de uma portaria do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, a tarifa no Brasil nunca mais reduziu. A alta produtividade do sistema elétrico brasileiro se transformou em lucros extraordinários, fundamentalmente apropriados pelo sistema financeiro e pelas grandes empresas transnacionais que vendem máquinas e equipamentos. De certo modo, algumas delas tem a propriedade, como, por exemplo, a ENGIE no Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Obrigado, professor.

Concedo a palavra à engenheira Fabíola.

A SRA. FABÍOLA LATINO ANTEZANA - Vou falar bem rapidamente sobre as nossas preocupações com relação à privatização.

Na verdade, esse ambiente de competição vai perder muito, porque a estatal, na condição de agente de Estado, pode forçar uma competição muito melhor do que o maior *player*, principalmente na área de geração, na mão de uma iniciativa privada. Inclusive, parte dessa iniciativa privada já atua no próprio setor — pelo menos, são os que têm se mostrado interessados. Então, isso acaba afetando também a questão da modicidade tarifária.

No projeto colocado, com as próprias modificações feitas com a Medida Provisória nº 814, de 2017, quando se diz que a usina amortizada vai ser tornar um produtor independente, ou seja, vai ser descotizada essa energia, está-se colocando uma energia que já foi paga, que já foi amortizada, novamente, num preço de leilão. Não tem como isso não ter um impacto tarifário.

Está-se tirando essa energia do mercado regulado e colocando num ambiente de competição livre. Isso está muito claro. Inclusive, nós temos algumas dúvidas até jurídicas sobre isso. Estão revisitando esses contratos.

Por exemplo, recentemente, usinas da CEMIG foram leiloadas. Alguns valores de energia que já teriam sido amortizados estão superiores ao de uma energia nova, como Belo Monte. Então, o que justifica uma energia já amortizada ser



comercializada num valor mais caro do que o de uma energia nova? Esses princípios se perdem no todo.

Essa discussão fragmentada está criando um monstro cujo tamanho nós não temos noção. Ou a Casa para, tenta rever isso e espera que todos os setores se entendam; ou não vamos ter noção do que vamos enfrentar nos próximos 5 anos com relação à produção de energia e, principalmente, à questão da tarifa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Obrigado.

De certa maneira, nós fomos até onde era possível nesta reunião, que teve um grau de tumulto além do normal.

Eu imagino que os senhores haverão de entender que nem todo o mundo pôde estar presente e, eventualmente, um ou outro que poderia estar não esteve.

De qualquer forma, eu quero agradecer muito a participação dos senhores e da senhora. Agradeço a presença de todos aqui.

Está encerrada a presente reunião.